EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários.

2. OBJETO:

2.1. REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, conforme necessidade, observadas as características e demais condições definidas no edital e seus anexos. Segue as especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.

3. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Marcelo Felipe Schmitt, Leonir Bianchi e Michel Junior Diesel.

4. JUSTIFICATIVA:

4.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

006188

4.2. O Município de Planalto-PR possui necessidade contínua de contar com profissionais destinados à execução de serviços de apoio operacional, limpeza, conservação, manutenção de áreas e demais atividades compatíveis com as funções de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais, necessários ao atendimento das demandas rotineiras da Administração Municipal.

4.3. A necessidade não possui caráter meramente eventual ou pontual, uma vez que os serviços são relacionados à manutenção da estrutura física e dos espaços públicos municipais, conservação de áreas, execução de atividades operacionais e apoio às diversas Secretarias Municipais.

4.4. Atualmente, essa necessidade vem sendo atendida, de forma excepcional e temporária, por meio da Dispensa Emergencial nº 019/2026, que resultou na celebração do Contrato Administrativo nº 173/2026, tendo como objeto a prestação contínua de profissionais com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades do Município.

4.5. O contrato emergencial possui natureza temporária, com vigência estabelecida em 03 (três) meses, circunstância que evidencia a necessidade de adoção de providências administrativas destinadas ao planejamento de uma contratação regular e continuada para atendimento da necessidade que permanece existente.

4.6. Assim, a presente contratação não deve ser compreendida como criação de uma necessidade inteiramente nova, mas como planejamento de solução regular e continuada para uma necessidade administrativa que já se encontra materialmente presente e que, em caráter excepcional, vem sendo atendida por contratação emergencial.

4.7. A utilização da contratação emergencial solucionou temporariamente a necessidade imediata da Administração, porém não afasta o dever de planejamento para o atendimento futuro e continuado das demandas municipais.

4.8. Nesse sentido, a presente contratação busca substituir a solução excepcional e temporária por uma solução planejada, regular e compatível com a continuidade dos serviços públicos, evitando a interrupção das atividades operacionais e reduzindo a dependência de sucessivas contratações emergenciais.

4.9. Importante destacar que a futura contratação não constitui mera reprodução do contrato emergencial atualmente vigente. O dimensionamento apresentado neste Termo de Referência decorre do planejamento da necessidade para o período regular de contratação, considerando as demandas identificadas pela Administração e os elementos constantes da pesquisa preliminar realizada.

5. VALOR:

5.1. O valor total estimado é de **R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).**

5.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e licitações similares de outros órgãos;

5.3. Ressalta-se que foram realizados contatos com diversas empresas com o objetivo de

obter orçamentos para subsidiar o presente processo. Contudo, em alguns casos não houve retorno por parte das empresas consultadas, enquanto outra manifestou desinteresse em fornecer a proposta solicitada. Assim, anexa-se a este documento o e-mail que comprova a referida solicitação.

5.4. Vale ressaltar que o orçamento apresentado pela empresa RVA SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.212.443/0001-11, foi desconsiderado para fins de formação do valor estimado da contratação, por não apresentar integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

5.5. Vale ressaltar que o orçamento apresentado pela empresa DELTA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.641.016/0001-50, foi desconsiderado para fins de formação do valor estimado da contratação, por não apresentar a planilha de custo, comprovando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

5.6. Ao ofertar os lances, as empresas deverão estar atentas que o valor unitário deverá ser pelo valor mensal/diário, porém, o valor calculado deverá ser elaborado conforme a planilha de custos, onde estão compreendidos todos os serviços, insumos e tributos referentes a prestação de serviços em questão.

5.7. Para composição dos custos o LICITANTE deverá OBRIGATORIAMENTE preencher a planilha disposta no modelo do ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, utilizada analogicamente no âmbito do Município.

5.8. Para preenchimento da planilha, obrigatoriamente a LICITANTE deverá observar:

5.8.1. Identificação dos serviços;

5.8.2. Dados complementares;

5.8.3. Módulo 1 – Composição da remuneração;

5.8.4. Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários;

5.8.5. Módulo 3 – Provisão para rescisão;

5.8.6. Módulo 4 – Insumos diversos – observando a disponibilização dos equipamentos;

5.8.7. Módulo 5 – Custos indiretos, lucro e tributos.

5.9. Responsável pela conferência dos preços: Eduardo Rech Delares.

6. OBJETOS:

LOTE 001								
ITEM	OBJETO	PROFIS-SIONAIS	QTD	UNID	CATSER	TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE**	04	12	MÊS	25631	48	R$5.303,81	R$254.582,88

006190

	SERVIÇOS GERAIS, incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**							
02	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. **Valor unitário de referência deverá ser por profissional diário.**	DIÁRIA			21849	150	R$176,79	R$26.518,50
03	Contratação de empresa para execução dos serviços de **OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	25631	48	R$6.583,18	R$315.992,64

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

a) Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas

Boni 000191

obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;

b) Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;

c) Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

d) Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

e) A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

f) A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

g) Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

h) As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

i) A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

j) A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.

TOTAL: R$597.094,02

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSER e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

7. CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;

7.2. O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

7.3. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

7.4. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

7.5. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

7.6. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

7.7. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

7.8. Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

7.9. As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

7.10. A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o

006193

adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

7.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

7.12. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

7.13. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

7.14. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

7.15. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

7.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

7.15.2. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

7.16. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

7.17. É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;

7.18. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;
7.19. A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;
7.20. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.
7.21. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.
7.22. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
8.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
8.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.
8.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
8.5.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
8.5.2. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.
8.6. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;
8.7. Observar e aplicar as legislações indicadas neste Termo de Referência, bem como as regras aqui estabelecidas;
8.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;

Doni
05195

8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2. Assumir todas as despesas com transporte até os locais das atividades, bem como despesas com alimentação, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo, ferramentas, equipamentos, seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

9.3. Efetuar a execução dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à contratante (prédios públicos, equipamentos, instalações, falta de pessoal, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade;

9.6. Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à contratante;

9.7. Ter seus funcionários registrados em carteira de trabalho – CTPS, conforme as regras da CLT;

9.8. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mesma deve manter rigorosamente em dia todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho, com os pagamentos de salários de seus empregados, encargos sociais e previdenciários;

9.9. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

9.10. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

9.11. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

9.12. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

Boni
006196

9.13. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços, contendo fotografia, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e dados bancários.

9.14. A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

9.15. Como condição de pagamento, no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

9.15.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

9.15.2. Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços e da anotação de suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's), bem como inscrição no E-SOCIAL;

9.15.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

9.16. A CONTRATADA deverá entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato na fatura correspondente ao mês:

9.16.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

9.16.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

9.16.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

9.16.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

9.17. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) jogos de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato e substituí-lo sempre que estes não apresentarem condições de uso.

9.17.1. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

9.17.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

9.17.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.18. A CONTRATADA responsabiliza-se e assume o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com calçado adequado ao cargo, camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização da contratante, com identificação da

empresa contratada e com identificação de "A serviço do Município de Planalto", bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como vestimentas adequadas em dias de chuva.

9.19. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados que vierem a prestar serviços, que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível, apresentando-se sempre limpos, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência.

9.20. A CONTRATADA deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços.

9.21. A CONTRATADA deverá retirar ou substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados, sendo vedado ainda sua remoção para outro posto de trabalho da contratante.

9.22. A CONTRATADA deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado impedido por qualquer motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo.

9.23. A CONTRATADA deverá apresentar relatório simplificado de carga horária, bem como de eventual realização de horas extraordinárias juntamente com cópia de todos os registros de frequência dos funcionários para comprovação.

9.24. A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente aos serviços executados, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

9.25. A CONTRATADA deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

9.26. A CONTRATADA deverá fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de segurança para seus empregados.

9.27. A CONTRATADA arcará com os eventuais custos de manutenção de máquinas, equipamentos ou veículo, cujo dano tenha sido comprovadamente causado por imperícia ou mal-uso por parte do empregado.

9.28. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito.

9.29. A CONTRATADA deverá planejar a execução dos serviços de forma que não comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.

9.30. A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços.

000198

9.31. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.
9.32. A CONTRATADA deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE.
9.33. A CONTRATADA deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços.
9.34. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria.
9.35. A CONTRATADA deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto no contrato administrativo.
9.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo a Contratante fazer a retenção de pagamento se a CONTRATADA incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.
9.37. A empresa deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;
9.38. Constitui responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento (diesel ou gasolina) e as manutenções dos equipamentos acima descritos;
9.39. Para o transporte adequado dos profissionais, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;
9.40. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
9.41. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;
9.42. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.
9.43. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;
9.44. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da

Boni 000199

anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

9.45. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

9.46. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, sendo também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

9.47. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas a Nota Fiscal;

9.48. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

9.49. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

10. OBRIGAÇÕES DO PREPOSTO:

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar preposto, posto de trabalho (escritório), para o lote, aceito pelo Município de Planalto, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo apresentar documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

10.2. O preposto deverá residir no município de Planalto-PR e comprovar através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser

006200

proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

10.3. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Planalto, para o desempenho de tal função.

10.4. Em caso de necessidade de substituição de preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE previamente.

10.5. A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Planalto, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

10.6. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

10.7. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

10.8. São atribuições do preposto, entre outras:

10.8.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

10.8.2. Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;

10.8.3. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada, de acordo com as normas do Município de Planalto-PR;

10.8.4. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Município de Planalto-PR e do Gestor do Contrato;

10.8.5. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;

10.8.6. Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

10.8.7. Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

10.8.8. Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;

10.8.9. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo ao Município de Planalto por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

11.1. Considerando que os serviços objeto da contratação possuem interdependência operacional e que a execução envolve, além da disponibilização da mão de obra, o fornecimento e gerenciamento compartilhado de veículo, equipamentos, ferramentas, combustível, manutenção, transporte e preposto, não se mostra vantajosa a divisão da

solução entre diferentes empresas.

11.2. A manutenção dos itens em um único lote permite concentrar em uma única CONTRATADA a responsabilidade pela estrutura operacional necessária à execução dos serviços, facilitando a gestão, a fiscalização, a comunicação e a responsabilização por eventuais falhas, além de reduzir riscos de incompatibilidade e descontinuidade na execução.

12. MODALIDADE:

12.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:

I - Pregão;

12.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

12.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE, com o modo de disputa ABERTO tendo como intervalo mínimo de R$ 0,01 (um centavo de real), conforme já definido no Estudo Técnico Preliminar.

12.4. O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o de MENOR PREÇO POR LOTE, considerando que o objeto constitui uma solução integrada, composta não apenas pela disponibilização da mão de obra, mas também pelo fornecimento de toda a estrutura operacional necessária à execução dos serviços.

12.5. O lote foi estruturado de forma a reunir serviços e obrigações diretamente interdependentes, compreendendo o fornecimento dos profissionais, veículo para transporte dos funcionários, equipamentos, ferramentas, combustíveis, manutenção dos equipamentos e do veículo, transporte dos trabalhadores, gerenciamento operacional dos serviços e disponibilização de preposto residente no Município de Planalto-PR, permitindo que uma única empresa seja responsável pela execução integral do objeto.

12.6. A eventual divisão do objeto por itens poderia ocasionar relevantes prejuízos à Administração, dentre os quais destacam-se:

12.6.1. Dificuldade na definição das responsabilidades entre diferentes empresas quanto à execução dos serviços e fornecimento da estrutura operacional;

12.6.2. Comprometimento da continuidade dos serviços em razão da dependência entre a mão de obra e os equipamentos necessários à sua execução;

12.6.3. Aumento dos custos administrativos relacionados à gestão e fiscalização de múltiplos contratos;

12.6.4. Possibilidade de incompatibilidade operacional entre empresas distintas responsáveis pela execução de atividades complementares;

12.6.5. Maior risco de atrasos na execução dos serviços decorrentes da necessidade de coordenação entre diversos fornecedores;

12.6.6. Dificuldade na responsabilização por eventuais falhas relacionadas ao transporte dos funcionários, manutenção dos equipamentos, abastecimento e demais obrigações acessórias.

12.7. A adoção do julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE assegura que toda a execução contratual permaneça sob responsabilidade de uma única empresa, proporcionando maior eficiência administrativa, padronização dos serviços, melhor gerenciamento contratual, simplificação da fiscalização, redução dos riscos operacionais e maior segurança quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e operacionais.

12.8. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à presente

contratação em razão da necessidade de atendimento parcelado e conforme a demanda efetivamente verificada pelas Secretarias Municipais, especialmente quanto aos serviços de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais.

12.9. O registro dos quantitativos máximos e respectivos valores permite à Administração realizar as solicitações conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, conferindo maior flexibilidade ao planejamento e evitando a contratação antecipada de mão de obra além da efetivamente necessária.

12.10. A solução é compatível com a natureza dos serviços, considerando que as demandas operacionais podem ocorrer de forma variável ao longo da vigência da Ata, inclusive mediante utilização de profissionais em regime mensal e de diárias para atendimento de necessidades específicas. Assim, o Sistema de Registro de Preços proporciona maior eficiência, planejamento e adequação entre a demanda efetiva e a utilização dos serviços, mantendo previamente estabelecidas as condições para eventual contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, observadas as condições estabelecidas no edital, na Ata/Contrato e nos instrumentos decorrentes.

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

13.1. Regime de execução:

13.1.1. Os serviços deverão ser prestados mediante regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com disponibilização dos profissionais necessários à execução das atividades.

13.1.2. A contratada deverá assumir integral responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da contratação.

13.2. Convenção Coletiva de Trabalho:

13.2.1. A composição dos custos deverá considerar integralmente as obrigações, contribuições, benefícios, encargos trabalhistas e demais condições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

13.2.2. A própria Solicitação de Demanda determina que a planilha de custos deverá contemplar integralmente as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas previstos na referida CCT.

13.3. Jornada de trabalho:

13.3.1. Para os profissionais contratados em regime mensal, deverá ser considerada jornada de 44 horas semanais, conforme dimensionamento apresentado pela Secretaria.

13.3.2. A distribuição da jornada poderá ocorrer de forma flexível, conforme a necessidade e a programação da Administração, respeitados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

13.3.3. Quando necessário, poderão ser programadas atividades aos sábados, observada a legislação trabalhista e a carga horária semanal contratada.

13.3.4. Eventuais horas realizadas além da jornada diária ordinária deverão ser registradas e poderão ser compensadas mediante banco de horas, quando admitido pela legislação e pelas disposições convencionais aplicáveis.

13.4. Disponibilização de equipamentos e ferramentas:

13.4.1. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e demais meios

006203

necessários à execução dos serviços.

13.4.2. Estabelece a necessidade de fornecimento, entre outros, de:

13.4.2.1. 01 veículo para transporte dos funcionários;

13.4.2.2. 04 roçadeiras;

13.4.2.3. 01 motosserra de porte médio;

13.4.2.4. 01 moto-poda de porte médio;

13.4.2.5. 01 soprador de porte médio;

13.4.2.6. Serrotes ou tesouras de poda;

13.4.2.7. Machado;

13.4.2.8. Facão;

13.4.2.9. Ferramentas de jardinagem;

13.4.2.10. Vassouras de jardim;

13.4.2.11. Rastelo;

13.4.2.12. Demais ferramentas necessárias à execução dos serviços.

13.4.3. Os equipamentos deverão permanecer em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços.

13.5. Disponibilidade dos equipamentos:

13.5.1. Os equipamentos deverão estar disponíveis sempre que solicitados pela Administração.

13.5.2. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação formal da Administração.

13.6. Combustível e manutenção:

13.6.1. A contratada será responsável pelo abastecimento do veículo e dos equipamentos utilizados na execução dos serviços, fornecendo o combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento.

13.6.2. Também será responsável pela realização das manutenções preventivas e corretivas necessárias, garantindo condições adequadas de funcionamento e continuidade dos serviços.

13.7. Transporte:

13.7.1. A contratada deverá providenciar o transporte dos profissionais, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

13.7.2. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

13.8. Preposto:

13.8.1. A contratada deverá manter preposto residente no Município de Planalto – PR, mediante comprovação de residência e vínculo com a empresa contratada.

13.8.2. O preposto deverá atuar como representante da empresa perante a Administração, acompanhando a execução dos serviços, recebendo comunicações e providenciando as medidas necessárias ao atendimento das solicitações da fiscalização.

13.9. A empresa deverá fornecer além dos documentos exigidos para a habilitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, os seguintes documentos:

13.9.1. Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado,

comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.

13.10. Para assinatura do Instrumento Contratual, Ata de Registro De Preços/Contrato, a CONTRATADA deverá:

13.10.1. Comprovar o vínculo de trabalho do preposto designado para a execução dos serviços, devendo comprovar obrigatoriamente sua vinculação com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

13.10.2. Comprovação de residência do preposto, no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa.

14. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal;

14.2. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

14.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto-PR, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

15. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

15.1. Os contratos referentes aos objetos destinados as Secretarias Municipais, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelos seguintes servidores: Marcelo Felipe Schmitt, Anderson Delares e Leonir Bianchi, que assumirão as funções de fiscais dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

15.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto PR, 21 de setembro de 2026.

Leonir Bianchi
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

Michel Junior Diesel
Secretário Municipal de Serviços Rodoviários

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

BONI
006206

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº .../2026 em epigrafe que tem por objeto a Implantação de REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026., em atendimento a as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$
1	xx	xx	xx	R$

Informar Valor total R$...

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da

30 N.º 000208

obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13° da Lei n° 14.133/21.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º .../2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

30
FLS 209

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

- Acesse a planilha de custos no link:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ZuMddaARiw8zjCZcODAMi_qNz9JdNuSv/edit?usp=sharing&ouid=114037206892612404648&rtpof=true&sd=true

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e quatro o Município de Planalto, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024 e suas alterações, e do Decreto Municipal nº 2727/2007, em face da classificação das propostas apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO nº .../2026** por deliberação da Pregoeira, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Planalto, em....., resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

....., sediada na ....., nº....., na cidade de ....., Estado do ....., inscrita no CNPJ sob o nº ..... e Inscrição Estadual sob o nº....., doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. ....., portador do RG nº ..... e do CPF nº .....

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026., para**

Boni
006211

fornecimento eventual e parcelado durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade da Administração Municipal e de acordo com o edital.

1.2. Descrição:

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

VALOR TOTAL DA ATA = ----- (----------).

1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.4. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal n° 14.133/21.

1.5. Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.

1.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei n°14.133/2021.

2.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no parágrafo único do Art. 84 da Lei n°14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DO OBJETO, LOCAL E EXECUÇÃO

3.1. O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;

3.2. O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

3.3. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;
3.4. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.
3.5. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.
3.6. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;
3.7. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.
3.8. Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.
3.9. As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.
3.10. A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.
3.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
3.12. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;
3.13. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

006213

3.14. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

3.15. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

3.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

3.15.2. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

3.16. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

3.17. É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;

3.18. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;

3.19. A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;

3.20. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

3.21. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

000214

3.22. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATANTE DA ATA

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

4.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

4.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.

4.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

4.5.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

4.5.2. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.

4.6. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;

4.7. Observar e aplicar as legislações indicadas nesta Ata de Registro de Preços, bem como as regras aqui estabelecidas;

4.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;

4.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;

4.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DETENTORA DA ATA

5.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.2. Assumir todas as despesas com transporte até os locais das atividades, bem como despesas com alimentação, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo,

ferramentas, equipamentos, seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.3. Efetuar a execução dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato;

5.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à contratante (prédios públicos, equipamentos, instalações, falta de pessoal, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade;

5.6. Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à contratante;

5.7. Ter seus funcionários registrados em carteira de trabalho – CTPS, conforme as regras da CLT;

5.8. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mesma deve manter rigorosamente em dia todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho, com os pagamentos de salários de seus empregados, encargos sociais e previdenciários;

5.9. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

5.10. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

5.11. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

5.12. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

5.13. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços, contendo fotografia, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e dados bancários.

5.14. A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

5.15. Como condição de pagamento, no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

5.15.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

5.15.2. Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços e

da anotação de suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's), bem como inscrição no E-SOCIAL;

5.15.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

5.16. A CONTRATADA deverá entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato na fatura correspondente ao mês:

5.16.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

5.16.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

5.16.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

5.16.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

5.17. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) jogos de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato e substituí-lo sempre que estes não apresentarem condições de uso.

5.17.1. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.17.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.17.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.18. A CONTRATADA responsabiliza-se e assume o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com calçado adequado ao cargo, camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização da contratante, com identificação da empresa contratada e com identificação de "A serviço do Município de Planalto", bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como vestimentas adequadas em dias de chuva.

5.19. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados que vierem a prestar serviços, que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível, apresentando-se sempre limpos, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência.

5.20. A CONTRATADA deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços.

5.21. A CONTRATADA deverá retirar ou substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças,

dispensas, suspensão ou férias de outros empregados, sendo vedado ainda sua remoção para outro posto de trabalho da contratante.

5.22. A CONTRATADA deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado impedido por qualquer motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo.

5.23. A CONTRATADA deverá apresentar relatório simplificado de carga horária, bem como de eventual realização de horas extraordinárias juntamente com cópia de todos os registros de frequência dos funcionários para comprovação.

5.24. A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente aos serviços executados, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

5.25. A CONTRATADA deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

5.26. A CONTRATADA deverá fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de segurança para seus empregados.

5.27. A CONTRATADA arcará com os eventuais custos de manutenção de máquinas, equipamentos ou veículo, cujo dano tenha sido comprovadamente causado por imperícia ou mal-uso por parte do empregado.

5.28. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito.

5.29. A CONTRATADA deverá planejar a execução dos serviços de forma que não comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.

5.30. A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços.

5.31. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.

5.32. A CONTRATADA deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE.

5.33. A CONTRATADA deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços.

5.34. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria.

5.35. A CONTRATADA deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto no contrato administrativo.

Boni
006218

5.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo a Contratante fazer a retenção de pagamento se a CONTRATADA incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

5.37. A empresa deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

5.38. Constitui responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento (diesel ou gasolina) e as manutenções dos equipamentos acima descritos;

5.39. Para o transporte adequado dos profissionais, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

5.40. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

5.41. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

5.42. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

5.43. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

5.44. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

5.45. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

5.46. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a

Boa 000219

necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

5.47. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

5.48. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

5.49. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

5.50. A CONTRATADA deverá apresentar preposto, posto de trabalho (escritório), para o lote, aceito pelo Município de Planalto, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo apresentar documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

5.51. O preposto deverá residir no município de Planalto-PR e comprovar através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

5.52. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Planalto, para o desempenho de tal função.

5.53. Em caso de necessidade de substituição de preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE previamente.

5.54. A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Planalto, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

5.55. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

5.56. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local

determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

5.57. São atribuições do preposto, entre outras:

5.57.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

5.57.2. Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;

5.57.3. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada, de acordo com as normas do Município de Planalto-PR;

5.57.4. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Município de Planalto-PR e do Gestor do Contrato;

5.57.5. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;

5.57.6. Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

5.57.7. Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

5.57.8. Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;

5.57.9. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo ao Município de Planalto por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

6.2. Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

6.3. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.5. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

6.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

6.6.1. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitidas ao: a Prefeitura Municipal de Planalto CNPJ nº 76.460.526/0001-16.

6.6.2. Endereço: Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto-PR.

006221

6.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:
6.6.3.1. A modalidade e o número da Licitação;
6.6.3.2. O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho;
6.6.3.3. Número do item e descrição do objeto:
6.6.3.4. A descrição do objeto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços;
6.6.3.5. Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.
6.6.3.6. O Banco, número da agência e da conta corrente da DETENTORA DA ATA.

6.7. Poderá o Município de Planalto-PR sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da DETENTORA DA ATA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.8. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos Recursos vinculados ao próprio Município, da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

6.9. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Caberá ao(a) Sr(a) ..... portador(a) do R.G. nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., representante da DETENTORA DA ATA, a responsabilizar-se por: *(nome indicado na Declaração Unificada ANEXO III)*

7.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

7.1.2. Reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

7.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por representante da Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ata, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar a execução do objeto.

7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e,

na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

7.4. O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. Ficam credenciados pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária os servidores: Marcelo Felipe Schmitt, Anderson Delares e Leonir Bianchi, para junto ao representante da detentora da Ata, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à Detentora da Ata, para aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à Detentora da Ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução.

8.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

8.2.1. A recusa do fornecedor em reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado importará na liberação dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, fica facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor signatário desta ata de registro de preços;

II - A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário desta ata de registro de preços e da Administração Pública; e

III - Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

8.4. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor signatário da ata de registro de preços, cabendo ao gestor do contrato a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

8.6. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, a administração municipal poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos objetos ou a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

8.7. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

8.8. Caso o fornecedor não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.9. Liberado o fornecedor, a administração poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos objetos ou a execução dos serviços pelo preço atualizado.

8.10. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.11. Não havendo êxito nas negociações, a administração municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

CLAUSULA NONA - CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

9.1. O registro de preços será cancelado nas seguintes hipóteses:

I - Quando o fornecedor:

a) for liberado;

b) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, nas hipóteses deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer sanção prevista no inc. III, quando aplicada pelo Município de Pato Branco, ou pelo IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Não aceitar o preço revisado pela Administração;

II - No caso de substancial alteração das condições de mercado.

9.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

I - Pelo decurso do prazo de vigência;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - Por razões de interesse público devidamente justificadas.

9.3. No caso de inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

9.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
2. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

Boni
006226

b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

000227

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

12.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata os artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou, ainda, fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

12.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá prever valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas, e observadas as disposições do art. 102 da Lei nº 14.133/2021 além das seguintes:

a) A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

b) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto;

c) Caso ocorrido sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022 e suas alterações.

12.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

12.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta bancária específica por este indicada, com correção monetária.

12.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

12.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.7. No caso de alteração do valor do Contrato ou havendo a prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30

Boni
006228

(trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período e de forma justificada, contados da data em que for notificada.

12.9. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.10. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

12.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato, através de declaração do CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato e mediante Certidão Negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.13. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.

13.2. A via do instrumento destinada ao Detentor da Ata de Registro de Preços, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

13.3. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21, combinado com o inciso III do art. 92, do mesmo diploma legal.

13.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Eletrônico nº .../2026 e a proposta da detentora da Ata conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13.5. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº .../2026

13.6. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor ....., Prefeito Municipal do Município de Planalto e pelo Sr. ----------, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata e testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Planalto, ... de ..... de 2026.

.....
Prefeito Municipal
CPF nº

Xxxxxxxxxxxxxxxxxx Ltda
Detentora da Ata
(NOME)
Representante Legal

000230

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na cidade de....., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., portador do CPF nº ....., doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº .../2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente termo é a REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução deverá ser em estrita obediência ao presente Contrato, assim como ao Edital de **Pregão Eletrônico nº .../2026**, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo I do referido instrumento.

BONI
006231

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico nº .../2026**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R$.....(....).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

1) Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.
2) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO QUINTO - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SEXTO - A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO OITAVO - Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

PARÁGRAFO NONO - O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive

006233

antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO QUARTO – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Livres do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Durante a vigência do contrato, os valores registrados não serão reajustados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitação do Município de Planalto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto nos Art. 134 e 135, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

PARÁGRAFO QUINTO – Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

PARÁGRAFO SÉTIMO – A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

PARÁGRAFO OITAVO – Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

PARÁGRAFO NONO – As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

Boni
006236

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREPOSTO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá apresentar preposto, posto de trabalho (escritório), para o lote, aceito pelo Município de Planalto, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo apresentar documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preposto deverá residir no município de Planalto-PR e comprovar através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Planalto, para o desempenho de tal função.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de necessidade de substituição de preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE previamente.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Planalto, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

PARÁGRAFO SEXTO - São atribuições do preposto, entre outras:
a) Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
b) Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;
c) Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada, de acordo com as normas do Município de Planalto-PR;
d) Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Município de Planalto-PR e do Gestor do Contrato;
e) Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
f) Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
g) Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
h) Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;
i) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo ao Município de Planalto por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

PARÁGRAFO QUARTO - Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

PARÁGRAFO QUINTO - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água

PARÁGRAFO SEXTO – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

PARÁGRAFO OITAVO - Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

Don.
006239

PARÁGRAFO NONO - Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, objetos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Quando for o caso, priorizar a aquisição de objetos que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;

a) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

000240

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

c) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

d) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.

e) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
- Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.

f) Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;

g) Observar e aplicar as legislações indicadas neste Contrato, bem como as regras aqui estabelecidas;

h) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;

i) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;

j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

b) Assumir todas as despesas com transporte até os locais das atividades, bem como despesas com alimentação, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo, ferramentas, equipamentos, seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços contratados

c) Efetuar a execução dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

e) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à contratante (prédios públicos,

DONI 000241

equipamentos, instalações, falta de pessoal, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade;

f) Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à contratante;

g) Ter seus funcionários registrados em carteira de trabalho – CTPS, conforme as regras da CLT;

h) No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mesma deve manter rigorosamente em dia todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho, com os pagamentos de salários de seus empregados, encargos sociais e previdenciários;

i) A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

j) A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

k) Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

l) A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

m)A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços, contendo fotografia, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e dados bancários.

n) A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

o) Como condição de pagamento, no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- Relação dos empregados, contendo nome completo, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços e da anotação de suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's), bem como inscrição no E-SOCIAL;
- Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

p) A CONTRATADA deverá entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato na fatura correspondente ao mês:

- Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

Doc 000242

- Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

q) A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) jogos de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato e substituí-lo sempre que estes não apresentarem condições de uso.

- Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
- No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

r) A CONTRATADA responsabiliza-se e assume o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com calçado adequado ao cargo, camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização da contratante, com identificação da empresa contratada e com identificação de "A serviço do Município de Planalto", bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como vestimentas adequadas em dias de chuva.

s) A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados que vierem a prestar serviços, que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível, apresentando-se sempre limpos, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência.

t) A CONTRATADA deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços.

u) A CONTRATADA deverá retirar ou substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados, sendo vedado ainda sua remoção para outro posto de trabalho da contratante.

v) A CONTRATADA deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado impedido por qualquer motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo.

w) A CONTRATADA deverá apresentar relatório simplificado de carga horária, bem como de eventual realização de horas extraordinárias juntamente com cópia de todos os registros de frequência dos funcionários para comprovação.

x) A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente aos serviços executados, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

y) A CONTRATADA deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

z) A CONTRATADA deverá fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de

BONI
000243

segurança para seus empregados.
aa) A CONTRATADA arcará com os eventuais custos de manutenção de máquinas, equipamentos ou veículo, cujo dano tenha sido comprovadamente causado por imperícia ou mal-uso por parte do empregado.
bb) A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito.
cc) A CONTRATADA deverá planejar a execução dos serviços de forma que não comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.
dd) A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços.
ee) A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.
ff) A CONTRATADA deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE.
gg) A CONTRATADA deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços.
hh) A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria.
ii) A CONTRATADA deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto no contrato administrativo.
jj) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo a Contratante fazer a retenção de pagamento se a CONTRATADA incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.
kk) A empresa deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;
ll) Constitui responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento (diesel ou gasolina) e as manutenções dos equipamentos acima descritos;
mm) Para o transporte adequado dos profissionais, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;
nn) A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
oo) A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio
pp) A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade;
qq) Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

000244

rr) A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

ss) A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

tt) A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

uu) Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

vv) A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

ww) A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

CLÁUSULA NONA – DAS PENAS PELA INADIMPLÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Boni
006216

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de

fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficara prorrogada até a conclusa o do objeto, caso em que devera o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) Ficara ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

PARÁGRAFO ÚNICO - Incumbira ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou

Boni
000249

indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

a) Os contratos referentes aos objetos destinados as Secretarias Municipais, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelos seguintes servidores: Marcelo Felipe Schmitt, Anderson Delares e Leonir Bianchi, que assumirão as funções de fiscais dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

b) A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n°14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa

BONI
000250

do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Será exigida a garantia da contratação de que trata os artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou, ainda, fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá prever valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas, e observadas as disposições do art. 102 da Lei nº 14.133/2021 além das seguintes:

a) A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

b) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto;

c) Caso ocorrido sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022 e suas alterações.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta bancária específica por este indicada, com correção monetária.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

PARÁGRAFO SEXTO -No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de alteração do valor do Contrato ou havendo a prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período e de forma justificada, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO NONO - O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato, através de declaração do CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato e mediante Certidão Negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, está ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo n° 156 da Lei 14.133/2021.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de

todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

e) Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUCESSÃO E DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Capanema, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Planalto - PR, ... de ..... de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

.....

.....

006253

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PARECER JURÍDICO N.º 120/2026

INTERESSADO: Município de Planalto/PR – Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários
ASSUNTO: Análise jurídica da minuta de edital – Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada em serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra (Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais).
REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 192/2026 – Estudo Técnico Preliminar nº 084/2026

EMENTA: LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – SUBSTITUIÇÃO DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL POR SOLUÇÃO PLANEJADA – CONTINUIDADE E QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO – LEI Nº 14.133/2021 – VIABILIDADE JURÍDICA COM RECOMENDAÇÕES. *Pregão eletrônico, menor preço por lote, para serviços de apoio operacional, limpeza, conservação e roçada. Planejamento adequado e coerência entre ETP e Termo de Referência. Necessidade de ajustes antes da publicação: substituição do reajuste por índice pela repactuação (arts. 25, § 8º, II, 92, § 4º, II, e 135 da Lei nº 14.133/2021); índices objetivos de qualificação econômico-financeira (art. 69) e capital social compatível (art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974 e Tema 1118 do STF); vedação à participação de MEI em cessão de mão de obra; motivação reforçada da pesquisa de preços; cuidados contra a ingerência na gestão dos empregados da contratada (art. 48). Manifestação favorável, condicionada aos ajustes.*

EM POUCAS PALAVRAS

O Município quer deixar de depender de um contrato emergencial de três meses e passar a contar com uma contratação regular, planejada e licitada para os serviços de limpeza, conservação, roçada e apoio operacional, serviços que a população percebe todos os dias nas ruas, praças e prédios públicos.

O caminho escolhido (pregão eletrônico, registro de preços e lote único) é juridicamente adequado. Para que a licitação entregue não apenas o menor preço, mas um serviço que de fato chegue à população com qualidade e sem interrupções, recomendo alguns ajustes no edital **antes da publicação**. Os principais são: (1) trocar o reajuste por índice (IPCA) pela **repactuação**, que é a regra legal para este tipo de contrato; (2) incluir **critérios objetivos de saúde financeira** e de **capital social** das licitantes; (3) afastar a participação de **MEI**; e (4) **reforçar a motivação da pesquisa de preços**. Feitos esses ajustes, não há obstáculo jurídico ao prosseguimento.

I. RELATÓRIO

1. Chega a esta Procuradoria, para análise prévia (art. 53 da Lei nº 14.133/2021), a minuta de edital do Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), critério **menor preço por lote**, modo de disputa **aberto**, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais, com **dedicação exclusiva de mão de obra**, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – **CCT nº PR000063/2026**. Acompanham a minuta o Estudo Técnico Preliminar nº 084/2026 (15/09/2026), o Termo de Referência, a Tabela Comparativa de Valor (18/09/2026) e as minutas de Ata de Registro de Preços e de Contrato.

2. Segundo o ETP, a necessidade é permanente e hoje está sendo atendida de forma provisória pela **Dispensa Emergencial nº 019/2026**, que gerou o **Contrato nº 173/2026**, com vigência de apenas três meses e valor de R$ 118.821,45, para 3 Auxiliares de Serviços Gerais e 4 Operadores de Máquinas Costais, com 40 horas semanais. A emergência decorreu da extinção antecipada do contrato anterior (Contrato nº 311/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 036/2025). O objetivo declarado agora é substituir a solução temporária por uma contratação regular, sem interromper o serviço.

3. A nova contratação foi redimensionada pelas Secretarias requisitantes, com jornada de 44 horas semanais e a criação de um item por diárias, para demandas pontuais. O lote único ficou assim:

Item	Descrição	Qtd.	Valor unitário	Valor total
01	Auxiliar de Serviços Gerais – até 4 profissionais, 44h/semana, 12 meses (unidade: profissional/mês)	48	R$ 5.303,81	R$ 254.582,88
02	Auxiliar de Serviços Gerais – diárias de 8h, até 5 profissionais simultâneos (unidade: profissional/dia)	150	R$ 176,79	R$ 26.518,50
03	Operador de Máquinas Costais – até 4 profissionais, 44h/semana, 12 meses (unidade: profissional/mês)	48	R$ 6.583,18	R$ 315.992,64
	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE			**R$ 597.094,02**

4. Além da mão de obra, a contratada deverá fornecer veículo para transporte dos trabalhadores, 4 roçadeiras, motosserra, moto-poda, soprador e ferramentas manuais, com combustível e manutenção por sua conta, uniformes e EPIs, e manter **preposto residente em Planalto/PR**, cuja residência e vínculo serão comprovados na assinatura do contrato. Exige-se garantia contratual de 5% e atestado de capacidade técnica.

5. O valor estimado foi obtido pelo **menor valor** por item, a partir de orçamentos de cinco empresas (RVA Serviços, Nelson Ferrari N, GM Instaladora, Compacto e Delta Limpeza), de contratações de outros municípios e do Banco de Preços. Os orçamentos da RVA Serviços e da Delta Limpeza foram desconsiderados: o primeiro por não contemplar integralmente os encargos e benefícios da CCT; o segundo por não apresentar a planilha de custos. A estimativa preliminar do ETP era de R$ 606.000,00.

6. O certame será conduzido pela Agente de Contratação/Pregoeira designada pela Portaria nº 485/2026. As despesas correrão por recursos livres, em três dotações das Secretarias envolvidas, no elemento 3.3.90.39.

7. É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. O alcance deste parecer

Esta análise é jurídica. Ela verifica se o processo segue a lei e se os documentos são coerentes entre si. As escolhas técnicas (quantos profissionais, quais equipamentos, qual jornada) e econômicas (se os preços estão corretos) são de responsabilidade das áreas que as elaboraram, que respondem por elas. Quando alguma dessas escolhas traz risco jurídico, eu aponto, e foi o que fiz nos itens seguintes.

2.2. O INTERESSE PÚBLICO: SAIR DA EMERGÊNCIA E GARANTIR QUALIDADE

A contratação emergencial é uma exceção. A própria Lei nº 14.133/2021, no art. 75, VIII[1], a limita a um ano e proíbe sua prorrogação. O ETP reconhece isso e trata a nova licitação como o caminho regular para uma necessidade que não é passageira. Esse é o caminho certo: planejar e licitar é dever da Administração (arts. 5º e 18).

---

[1] **Art. 75.** É dispensável a licitação:
(...)
VIII – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;
O § 6º do mesmo artigo complementa o inciso:
§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

Há, porém, um ponto que merece destaque. Quem sente a qualidade deste contrato é o cidadão: é a praça roçada, a calçada limpa, o prédio público conservado. A Lei nº 13.460/2017 (art. 4º) determina que os serviços públicos sejam prestados com regularidade, continuidade, efetividade e segurança. E a Lei nº 14.133/2021 (art. 11) diz que a licitação busca o resultado **mais vantajoso**, o que não se confunde com o preço mais baixo a qualquer custo: a lei manda evitar propostas inexequíveis e considerar todo o ciclo de vida da contratação[2].

A experiência recente do próprio Município confirma essa lição. O contrato anterior terminou antes do prazo, e foi preciso recorrer a uma contratação emergencial para não deixar a cidade desassistida. Por isso, as recomendações deste parecer não são formalidades: elas têm por objetivo selecionar uma empresa **capaz de cumprir o contrato até o fim**, pagar corretamente seus trabalhadores e entregar o serviço com qualidade. Essa leitura também atende ao art. 20 da LINDB, que pede que as decisões públicas considerem suas consequências práticas.

2.3. Modalidade, critério de julgamento e Registro de Preços

O pregão é a modalidade obrigatória para serviços comuns (art. 6º, XLI, e art. 29). Os serviços aqui descritos (limpeza, conservação, roçada) têm padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital. A escolha está correta.

O julgamento por **menor preço por lote único** foi bem justificado no ETP. A mão de obra depende do veículo, dos equipamentos, do combustível e do preposto. Dividir o objeto entre empresas diferentes criaria dúvidas sobre quem responde por cada falha e encareceria a fiscalização. Isso está de acordo com o art. 47, § 1º, que manda considerar, ao decidir sobre o parcelamento, a responsabilidade técnica e o custo de gerir vários contratos.

Recomendo apenas corrigir a redação do edital que diz que a licitação "*será dividida em itens, sendo lote único*", facultando ao licitante participar "*em quantos itens/lotes forem de seu interesse*". Como o lote é único, o texto deve dizer claramente que **a proposta deverá abranger todos os itens do lote**, sob pena de desclassificação.

O Registro de Preços é admitido para serviços quando a demanda é variável e as contratações são feitas conforme a necessidade (arts. 6º, XLV, e 82 e seguintes). O ETP demonstrou isso, sobretudo quanto ao item de diárias. Lembro apenas que: **(a)** a ata não obriga o Município a

[2] Lembranças de anotações de nossa qualificação no 6º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – O Futuro das Contratações Públicas, em setembro de 2026 - Foz do Iguaçu-PR, cuja capacitação foi promovida pelo Município de Planalto.

contratar todo o quantitativo; **(b)** a ata vale por um ano, prorrogável por igual período se o preço continuar vantajoso (art. 84); e **(c)** o contrato que dela decorrer, por ser de serviço contínuo, pode ter vigência de até cinco anos e ser prorrogado até dez (arts. 106 e 107), desde que o edital e o contrato prevejam essa possibilidade de forma coerente.

2.4. Terceirização: o que pode e como evitar a "ingerência"

A Constituição exige concurso público para o exercício de cargos efetivos (art. 37, II). Por isso, a terceirização na Administração é válida para atividades **materiais, de apoio e acessórias**, como as aqui pretendidas (art. 48 da Lei nº 14.133/2021), mas não pode servir para substituir servidores de cargos efetivos.

Com efeito, recomendo que a Secretaria de Administração **registre nos autos** se as funções de Auxiliar de Serviços Gerais e de Operador de Máquinas Costais existem no quadro de cargos efetivos do Município. Se existirem, deve justificar por que a terceirização é necessária (por exemplo, demanda complementar ou variável). Em paralelo, a Contabilidade deve avaliar se a despesa se enquadra no art. 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (terceirização que substitui servidores conta como despesa com pessoal) e se o elemento de despesa mais adequado é o 3.3.90.37 (locação de mão de obra), e não o 3.3.90.39.

Há outro cuidado importante. O art. 48 proíbe a Administração de criar **subordinação direta** com os empregados da contratada, de exigir deles tarefas fora do objeto e de interferir na gestão interna da empresa. O Termo de Referência, porém, diz que a definição dos horários, a reformulação dos dias de trabalho e o banco de horas ficarão "conforme a necessidade da CONTRATANTE".

Em linguagem simples: o Município pode e deve dizer **o que** precisa ser feito, **onde** e em **quais janelas de horário** o serviço deve acontecer. Mas quem organiza a escala, controla a jornada e administra o banco de horas do trabalhador É A **EMPRESA**, por meio do seu preposto. Recomendo ajustar a redação para que: (a) as demandas sejam sempre encaminhadas ao preposto, e não diretamente aos trabalhadores; (b) o banco de horas e a compensação de jornada sejam geridos pela contratada, nos termos da CCT e da CLT. Essa mudança protege o Município contra o reconhecimento de vínculo direto e contra condenações trabalhistas.

Recomendo ainda verificar se o edital contém a vedação do parágrafo único do art. 48, que proíbe a contratada de empregar, durante o contrato, cônjuge, companheiro ou parente

até o terceiro grau de dirigente do órgão ou de agente público que atue na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato. A lei exige que essa proibição conste **expressamente** do edital.

2.5. Fiscalização e responsabilidade trabalhista do Município

Nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, o Município responde **solidariamente** pelos encargos previdenciários e **subsidiariamente** pelos encargos trabalhistas, se ficar comprovada falha na fiscalização (art. 121, § 2º; Súmula 331, V, do TST).

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 1118** da repercussão geral (RE 1.298.647, fevereiro de 2025), definiu que o trabalhador precisa provar a negligência do ente público, mas também fixou que haverá negligência quando a Administração permanecer inerte depois de ser formalmente avisada de irregularidades. O STF determinou ainda que, nos contratos de terceirização, a Administração deve: (i) exigir da contratada capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974; e (ii) adotar medidas para assegurar o pagamento dos trabalhadores, como as do art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, incluindo condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior. Também cabe ao Município garantir condições de segurança, higiene e salubridade quando o trabalho for realizado em locais por ele definidos.

As minutas já trazem boas medidas: garantia de 5% com cobertura de obrigações trabalhistas e previdenciárias, exigência de comprovantes de benefícios e certidões de regularidade com a nota fiscal. Para tornar a fiscalização efetiva, recomendo:

a) **condicionar cada pagamento mensal** à apresentação da folha, dos comprovantes de salário, FGTS, INSS e benefícios da CCT do mês anterior (art. 121, § 3º, II);

b) prever no edital a **conta vinculada** ou o **pagamento pelo fato gerador** das provisões de férias, 13º salário e verbas rescisórias (art. 121, § 3º, III e V), ou registrar nos autos a razão técnica para não adotá-las;

c) designar formalmente **gestor e fiscais** (art. 117), com registro mensal das verificações e das notificações à contratada, observado o regulamento municipal de gestão de contratos citado no ETP;

d) responder **por escrito e com rapidez** a qualquer denúncia de atraso salarial vinda de trabalhador, sindicato ou órgão de controle, pois, pelo Tema 1118, é a inércia após o aviso que gera a responsabilidade do Município;

e) fiscalizar o uso de EPIs e as condições de trabalho em campo, especialmente na operação de roçadeiras e motosserras.

2.6. Quem pode participar: requisitos de habilitação

a) Qualificação econômico-financeira. O edital pede balanço "*que comprove a boa situação financeira da empresa*", mas não diz como isso será medido. O art. 69 da Lei nº 14.133/2021 exige que essa comprovação seja feita **de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital**, justificados no processo. Sem critério objetivo, a Pregoeira fica sem parâmetro para decidir, e a decisão fica exposta a recursos.

Recomendo incluir: índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral iguais ou superiores a 1 (um), com a fórmula de cálculo; e, para quem não atingir esses índices, a alternativa de comprovar **patrimônio líquido mínimo** de até 10% do valor estimado (art. 69, § 4º). Esses parâmetros são usuais no mercado e não restringem indevidamente a disputa (art. 69, § 5º).

b) Capital social compatível. Pelo art. 4º-B, III, da Lei nº 6.019/1974, e conforme reforçado pelo STF no Tema 1118, a empresa de prestação de serviços a terceiros deve ter capital social compatível com o número de empregados. Considerando até 13 profissionais simultâneos, além do preposto, a faixa aplicável é a de **dez a vinte empregados, com capital social mínimo de R$ 25.000,00**. Recomendo que essa exigência conste do edital.

c) Qualificação técnica. O atestado deve demonstrar experiência "compatível em características, quantidades e prazos", mas o edital não diz qual quantidade. Recomendo fixar um parâmetro objetivo, por exemplo, comprovação de gestão de **pelo menos 50% dos postos** licitados (limite do art. 67, § 2º), e, se a área técnica entender necessário para garantir solidez, experiência mínima em serviços contínuos, que não pode ultrapassar três anos (art. 67, § 5º).

d) Microempreendedor Individual (MEI). O edital admite a habilitação de MEI. Porém, a Resolução CGSN nº 140/2018 (art. 112) **proíbe o MEI de realizar cessão ou locação de mão de obra**, e o MEI pode ter, no máximo, um empregado — o que é incompatível com um objeto que exige até 13 profissionais. Recomendo **excluir** a previsão de participação de MEI e os documentos a ele relacionados (CCMEI e DASN-SIMEI). O tratamento favorecido às demais microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006) continua aplicável. Como o valor do lote supera R$ 80.000,00, não é caso de licitação exclusiva para ME/EPP.

2.7. O preço estimado e a pesquisa de preços

A pesquisa seguiu o art. 23 da Lei nº 14.133/2021: usou fontes diversas (cotações de empresas, contratações de outros municípios e Banco de Preços) e adotou o menor valor por item, método admitido pela regulamentação. A exigência de que a estimativa respeite integralmente a CCT nº PR000063/2026 está correta e é coerente com a natureza do objeto.

Ainda assim, três pontos precisam ser esclarecidos nos autos antes da publicação:

a) **Item 01:** a tabela registra, na coluna "Outros Municípios", valor de R$ 5.259,74, inferior ao adotado (R$ 5.303,81, da empresa Compacto). Ou se adota o menor valor, ou se registra por que aquele parâmetro não é comparável (por exemplo, jornada de 40 horas, ausência de veículo e equipamentos ou CCT diferente). Sem essa explicação, a estimativa fica incoerente com o método declarado;

b) **Valores muito acima da média:** os valores da GM Instaladora estão bem acima dos demais. Como o método adotado foi o menor valor, isso não altera a estimativa, mas convém registrar a análise crítica dos preços discrepantes.

Para a fase de julgamento, a Pregoeira deve verificar se a planilha de custos do vencedor cobre **o piso salarial, os encargos e todos os benefícios da CCT**, além de eventuais adicionais (como insalubridade, se houver laudo ou previsão convencional), combustível, manutenção e depreciação dos equipamentos. Proposta que não cubra esses custos é sinal de inexequibilidade e deve ser objeto de diligência (art. 59, § 2º). Erros meramente formais da planilha podem ser corrigidos em diligência, desde que não aumentem o valor global da proposta. É nesse momento que se evita contratar uma empresa que não terá condições de pagar seus empregados.

2.8. Como o preço será atualizado: repactuação

Este é o ajuste mais importante. As minutas do edital, da ata e do contrato preveem reajuste anual pelo **IPCA** e, em outro trecho do contrato, afirmam que os valores "não serão reajustados" durante a vigência.

Para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a lei não deixa margem de escolha: o critério de atualização é a **repactuação** (art. 25, § 8º, II, e art. 92, § 4º, II, da Lei nº 14.133/2021). Na repactuação, a empresa demonstra, em planilha, a variação real dos custos, principalmente os decorrentes da nova convenção coletiva. A anualidade da parcela de

mão de obra conta da data-base da CCT, e a repactuação pode ser feita em momentos diferentes para a mão de obra e para os insumos (art. 135, §§ 1º e 4º).

Por que isso importa para o cidadão? Se o contrato for reajustado só pelo IPCA e a nova CCT trouxer aumento maior, a empresa terá dificuldade de pagar os salários, e o risco é a paralisação do serviço — exatamente o que se quer evitar. Recomendo, portanto, **substituir as cláusulas de reajuste pelo IPCA por cláusulas de repactuação** (art. 135), eliminar a frase de que os valores não serão reajustados e, se a área técnica entender conveniente, manter o reajuste por índice apenas para os insumos (combustível, equipamentos e manutenção).

2.9. Garantia, preposto e ajustes de redação

A **garantia de 5%** está dentro do limite legal (arts. 96 e 98), foi justificada no ETP e cobre as obrigações trabalhistas e previdenciárias. Recomendo deixar expresso que ela cobre também as **verbas rescisórias** inadimplidas (art. 121, § 3º, I).

A exigência de **preposto residente em Planalto/PR** é razoável. O art. 118 manda que a contratada mantenha preposto no local do serviço, e a comprovação só será exigida da vencedora, na assinatura do contrato, e não como condição para participar. Assim, a exigência não restringe a competição. Como o preposto também atuará como encarregado e motorista, a planilha deve contemplar esse custo, já que ele não integra os postos de trabalho licitados.

Recomendo, ainda, corrigir os seguintes pontos de redação:

a) na minuta da Ata, a data aparece como "dois mil e quatro";

b) a referência a "EIRELI", figura extinta pela Lei nº 14.195/2021, pode ser substituída por "sociedade limitada unipessoal";

c) uniformizar as referências ao regulamento municipal de gestão de contratos, já que o ETP menciona o Decreto nº 5.584/2024 e o edital o Decreto nº 5.585/2024;

d) preencher o número do processo (nº 192/2026), do pregão e as datas antes da publicação.

2.10. Planejamento

O ETP informa que o Plano de Contratações Anual ainda está em elaboração. O art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021 trata o plano como faculdade do ente, de modo que sua ausência não impede esta licitação. Recomendo, contudo, que o Município conclua o plano, pois ele organiza as contratações e reduz o risco de novas emergências.

2.11. Publicidade

Cabe ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos divulgar o inteiro teor do edital e dos anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (art. 54), publicar o extrato no Diário Oficial dos Municípios (AMP) e em jornal diário de grande circulação (art. 54, § 1º), e inserir as informações no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Por se tratar de **serviço comum** julgado pelo menor preço, o prazo mínimo entre a publicação e a sessão é de **10 (dez) dias úteis** (art. 55, II, "a"), contados na forma do art. 183. Recomendo também ampla divulgação por outros meios eletrônicos, para atrair o maior número possível de empresas qualificadas.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **não há obstáculo jurídico** à realização do Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada em serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, objeto do Processo Administrativo nº 192/2026. A escolha da modalidade, do critério de julgamento e do lote único está fundamentada, e a iniciativa atende ao interesse público ao substituir uma solução emergencial por uma contratação planejada.

A manifestação favorável fica **condicionada** às seguintes providências, a serem adotadas **antes da publicação**:

1. substituir as cláusulas de reajuste pelo IPCA pela **repactuação** (arts. 25, § 8º, II, 92, § 4º, II, e 135), eliminando a cláusula que diz que os valores não serão reajustados;

2. incluir **índices objetivos** de qualificação econômico-financeira, com fórmulas, e a alternativa de patrimônio líquido mínimo (art. 69);

3. exigir **capital social integralizado** compatível com o número de empregados (art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974 e Tema 1118 do STF);

4. **excluir a participação de MEI** (Resolução CGSN nº 140/2018, art. 112);

5. justificar nos autos a não utilização do valor de "Outros Municípios" no item 01 e juntar **nota técnica** detalhando a exclusão dos orçamentos da RVA Serviços e da Delta Limpeza;

6. ajustar a redação sobre jornada, horários e banco de horas, para que as demandas passem pelo preposto e a gestão da jornada fique com a contratada (art. 48), e inserir a vedação de nepotismo do parágrafo único do art. 48;

7. juntar a manifestação contábil e financeira, com análise do elemento de despesa e do art. 18, § 1º, da LRF, e o registro da Secretaria de Administração sobre a existência das funções no quadro de cargos efetivos;

8. corrigir a redação sobre itens e lotes, os erros materiais apontados e preencher números e datas.

Como **recomendações** para as fases seguintes, sugiro: fixar parâmetro objetivo de quantidade no atestado técnico; prever conta vinculada ou pagamento pelo fato gerador das provisões trabalhistas; condicionar cada pagamento à comprovação das obrigações trabalhistas do mês anterior; designar formalmente gestor e fiscais; responder prontamente a qualquer denúncia de inadimplemento; e analisar com rigor a exequibilidade da planilha do vencedor.

Eventual não acolhimento destas recomendações deve ser justificado nos autos pela autoridade competente.

Feitos os ajustes, os autos devem retornar a esta Procuradoria apenas para **conferência dos itens 1 a 6 acima**, sem necessidade de nova análise integral, de modo a não atrasar o encerramento da contratação emergencial.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

Planalto/PR, 1º de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRIQUE MATTOS DREY
Data: 01/10/2026 12:09:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PATRIQUE MATTOS DREY

Procurador Jurídico – Decreto 3248/2010

OAB/PR n. 40.209

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Planalto - PR, 05 de outubro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni

PARA: Pregoeira/Comissão de Licitações

Considerando as informações e pareceres contidos no presente Processo, **Autorizo** a Licitação sob a Modalidade ***PREGÃO, na forma ELETRÔNICO***, ***pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE,*** objetivando o REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

À Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria 485/2026.

Encaminhe-se ao Departamento de Licitações para as providências necessárias.

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

006265

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 044/2026
CONTRATAÇÃO: 987775-9/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 192/2026
DATA DA REALIZAÇÃO: 22/10/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas
LOCAL: Prefeitura do Município de Planalto – Paraná
www.compras.gov.br "Acesso Identificado"

O **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.460.526/0001-16, através da Secretaria de Administração, sediado à Praça São Francisco de Assis n° 1583 – centro – Planalto - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Luiz Carlos Boni, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

22 de outubro de 2026 às 09h00min

UASG: 987775 – MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR
Local da Sessão Pública: www.compras.gov.br

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis.

É Pregoeira deste Município, na qualidade de Agente de Contratação, a servidora Fernanda Scherer Marzec, auxiliadas pelos membros da Equipe de Apoio, todos designados pela Portaria nº 485/2026 de 02 de setembro 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição n° 3609 de 03 de setembro de 2026.

1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

1.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa

de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.compras.gov.br**.

1.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá 22 de outubro de 2026 às 09h00min, no site www.compras.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

2 DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.**

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **www.compras.gov.br e www.planalto.pr.gov.br/licitacoes/.**

2.3 A licitação será dividida em itens, sendo lote único, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotes forem de seu interesse.

2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** (CATSER) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3555-8100/35558121 ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Administração, telefone nº (46) 3555 – 8121, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.7 Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.

2.8 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

3.1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima

(salvo a hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), serão desclassificadas.

3.2 Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 As impugnações ao Edital serão protocoladas em campo específico no sítio eletrônico **www.compras.gov.br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, e deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.1.2 Caberá ao Pregoeiro(a), responder aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo que este poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.1.3 O pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.1.5 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO e sua divulgação se dará na mesma forma de sua divulgação inicial.

4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

4.2.1 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, em campo específico no sítio eletrônico **www.compras.gov.br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, o deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

Boni
006268

4.2.2 O pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados empresas que sejam especializadas e credenciadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.2 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.1 Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.4 Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, e/ou impossibilitados de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma da legislação vigente, e aquelas declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

b) pessoas físicas ou jurídicas que constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item "a", enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de

BONI 006269

nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
c) que não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
d) as pessoas físicas e jurídicas enquadradas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
e) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
f) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente, sendo que se considera participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
6.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio **www.compras.gov.br** por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
6.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
6.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
6.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
6.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.
7.2.1 Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

7.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5.3 O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
7.9 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as características do objeto/serviço cotado, informando em campo próprio do sistema e o preço ofertado.

7.10 Os preços e os objetos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos objetos ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Planalto.

7.12 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.13 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.16 A empresa deverá anexar junto com a proposta a PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (ANEXO IV).

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preambulo deste edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

3021
006272

8.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

8.3 Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuara o sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.7 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e da seguinte forma:

8.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrera sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 8.9.

8.9 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo a competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

8.9.1 Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

8.9.2 Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

8.10 Será o considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado e estabelecidos no Edital.

8.11 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentara as razoes para a previa desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 8.9.

8.12 Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.13 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.14 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.15 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
8.15.1 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.16 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
8.16.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.17 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
8.17.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não retira da licitante a responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.18 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R$ 0,01 (um centavo de real).**

8.19 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por **LOTE**.

006274

8.20 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
8.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
8.20.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.21 NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

9 DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1 O Pregoeiro solicitara a licitante provisoriamente vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.
9.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.
9.1.2 O prazo para envio da proposta e de, no máximo, 02 (duas) horas úteis a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
9.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
9.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos objetos e/ou equipamentos ofertados, quando for o caso, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.
9.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem o subitem 9.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.
9.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.
9.1.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.2 A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo,

006275

preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotes vencidos, quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste edital.

9.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.4 A proposta será desclassificada quando:
a) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
b) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
9.4.1 O Pregoeiro poderá realizar diligencias para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "c" acima.

9.5 O Pregoeiro examinara a proposta mais bem classificada quanto a compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão o ser superiores aos valores estimados constantes na tabela do Anexo I.
9.5.1 O Pregoeiro poderá promover diligencia destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta.
9.5.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro devera empreender diligencias para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente cera cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, podendo abranger o Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.
10.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação a aqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação as empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº

006276

123/2006.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificara a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.3. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 7.4 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

10.4. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:

10.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.4.1.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

10.4.1.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.4.2.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

10.4.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.4.2.3. O balanço patrimonial exigido será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.4.2.5. A proponente que é Microempreendedor Individual deverá apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional - DASN SIMEI.

10.4.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.4.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

10.4.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de

Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

10.4.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.3.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.3. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**

10.4.3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),** nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

10.4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

10.4.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

10.4.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.4.7. Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.

10.4.8. Será considerada microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 10.4.2.2.

10.4.9. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

10.4.9.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações;

10.4.10. Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**

10.4.10.1. Declaração Unificada conforme modelo. **(ANEXO III)**;

10.5. O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Planalto (DESDE QUE VÁLIDO) poderá substituir os documentos indicados nos subitens 10.5.1 a 10.5.3, para a documentação por ele abrangida.
10.5.1. Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pela Pregoeira.
10.5.2. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.5.1 e de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
10.5.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
10.5.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

10.6. Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:
10.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
10.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.
10.7.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.
10.7.1.1. Os originais ou copias autenticadas, caso sejam solicitados, devera o ser encaminhados a Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto – PR CEP:85.750-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.
10.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligencia, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital

10.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1. A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET.

11.2. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

11.3. Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

11.4. Não serão aceitos documentos em forma de FAX ou equivalente e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

11.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
I - Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
II - Em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
III - Em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

11.6. A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

11.7. Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

11.8. A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.
11.9. Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de classificação e habilitação.

11.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em

relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

12. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinara a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende as exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.5. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.planalto.pr.gov.br/ .

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

15.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.1.2. A adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

15.1.3. A homologação do resultado desta licitação não obriga está Administração à aquisição do objeto licitado.

16. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

16.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata os artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou, ainda, fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

16.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá prever valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas, e observadas as disposições do art. 102 da Lei nº 14.133/2021 além das seguintes:

a) A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

b) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto;

c) Caso ocorrido sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022 e suas alterações.

16.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

16.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta bancária específica por este indicada, com correção monetária.

16.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

16.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.7. No caso de alteração do valor do Contrato ou havendo a prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período e de forma justificada, contados da data em que for notificada.

16.9. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.10. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

16.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato, através de declaração do CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato e mediante Certidão Negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

16.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

16.13. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

17. CONDIÇÕES DO OBJETO, LOCAL E DA EXECUÇÃO

17.1. O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o

recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;

17.2. O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

17.3. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

17.4. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc;

17.5. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços;

17.6. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

17.7. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis;
17.8. Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável;

17.9. As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis;

3021
006285

17.10. A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida;

17.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

17.12. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

17.13. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade;

17.14. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

17.15. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;
17.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da CONTRATADA;
17.15.2. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da CONTRATADA, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços;

17.16. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

17.17. É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;

17.18. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;

17.19. A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;

17.20. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

17.21. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

17.22. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. São Obrigações da CONTRATANTE:

18.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

18.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

18.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.

BONI
000287

18.1.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
18.1.6. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
18.1.7. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.
18.1.8. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;
18.1.9. Observar e aplicar as legislações indicadas neste Edital, bem como as regras aqui estabelecidas;
18.1.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
18.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;
18.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2. São Obrigações da CONTRATADA:
18.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
18.2.2. Assumir todas as despesas com transporte até os locais das atividades, bem como despesas com alimentação, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo, ferramentas, equipamentos, seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;
18.2.3. Efetuar a execução dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato;
18.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
18.2.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à contratante (prédios públicos, equipamentos, instalações, falta de pessoal, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade;
18.2.6. Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à contratante;
18.2.7. Ter seus funcionários registrados em carteira de trabalho – CTPS, conforme as regras da CLT;
18.2.8. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mesma deve manter rigorosamente em dia todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho,

com os pagamentos de salários de seus empregados, encargos sociais e previdenciários;

18.2.9. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

18.2.10. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

18.2.11. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

18.2.12. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

18.2.13. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços, contendo fotografia, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e dados bancários.

18.2.14. A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

18.2.15. Como condição de pagamento, no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

18.2.15.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

18.2.15.2. Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços e da anotação de suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's), bem como inscrição no E-SOCIAL;

18.2.15.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

18.2.16. A CONTRATADA deverá entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato na fatura correspondente ao mês:

18.2.16.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

18.2.16.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

18.2.16.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

18.2.16.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

18.2.17. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) jogos de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato e substituí-lo sempre que estes

não apresentarem condições de uso.

18.2.17.1. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

18.2.17.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

18.2.17.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

18.2.18. A CONTRATADA responsabiliza-se e assume o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com calçado adequado ao cargo, camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização da contratante, com identificação da empresa contratada e com identificação de "A serviço do Município de Planalto", bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como vestimentas adequadas em dias de chuva.

18.2.19. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados que vierem a prestar serviços, que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível, apresentando-se sempre limpos, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência.

18.2.20. A CONTRATADA deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços.

18.2.21. A CONTRATADA deverá retirar ou substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados, sendo vedado ainda sua remoção para outro posto de trabalho da contratante.

18.2.22. A CONTRATADA deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado impedido por qualquer motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo.

18.2.23. A CONTRATADA deverá apresentar relatório simplificado de carga horária, bem como de eventual realização de horas extraordinárias juntamente com cópia de todos os registros de frequência dos funcionários para comprovação.

18.2.24. A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente aos serviços executados, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

18.2.25. A CONTRATADA deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
18.2.26. A CONTRATADA deverá fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de segurança para seus empregados.
18.2.27. A CONTRATADA arcará com os eventuais custos de manutenção de máquinas, equipamentos ou veículo, cujo dano tenha sido comprovadamente causado por imperícia ou mal-uso por parte do empregado.
18.2.28. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito.
18.2.29. A CONTRATADA deverá planejar a execução dos serviços de forma que não comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.
18.2.30. A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços.
18.2.31. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.
18.2.32. A CONTRATADA deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE.
18.2.33. A CONTRATADA deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços.
18.2.34. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria.
18.2.35. A CONTRATADA deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto no contrato administrativo.
18.2.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo a Contratante fazer a retenção de pagamento se a CONTRATADA incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.
18.2.37. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;
18.2.38. Constitui responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento (diesel ou gasolina) e as manutenções dos equipamentos acima descritos;
18.2.39. Para o transporte adequado dos profissionais, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;
18.2.40. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as

006291

manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

18.2.41. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

18.2.42. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

18.2.43. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

18.2.44. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

18.2.45. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da CONTRATADA.

18.2.46. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da CONTRATADA, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

18.2.47. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

18.2.48. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

18.2.49. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais

18.3. São Obrigações do PREPOSTO:

18.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar preposto, posto de trabalho (escritório), para o

lote, aceito pelo Município de Planalto, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo apresentar documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

18.3.2. O preposto deverá residir no município de Planalto-PR e comprovar através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

18.3.3. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Planalto, para o desempenho de tal função.

18.3.4. Em caso de necessidade de substituição de preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE previamente.

18.3.5. A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Planalto, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

18.3.6. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da CONTRATADA, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

18.3.7. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

18.3.8. São atribuições do preposto, entre outras:

18.3.8.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

18.3.8.2. Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;

18.3.8.3. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada, de acordo com as normas do Município de Planalto-PR;

18.3.8.4. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Município de Planalto-PR e do Gestor do Contrato;

18.3.8.5. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;

18.3.8.6. Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

18.3.8.7. Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

18.3.8.8. Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;

18.3.9. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo ao Município de Planalto por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

BONI 006293

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

19.2. Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

19.3. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.4. A execução definitiva ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

19.5. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

19.6. Valor máximo estimado da licitação é de **R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).**

19.7. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Livres do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

19.8. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fara desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será o calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao me s, ou 6% (seis por cento) ao ano.

20. DO REAJUSTE

20.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas

seguintes ocorrências:

20.1.1. Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

20.1.2. Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

20.2. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

20.3. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

20.4. A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

20.5. Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

20.6. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

20.7. O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

20.8. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

20.9. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

20.10. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

20.11. O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

20.12. O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

21. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CONTRATO

21.1. As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATUAL/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta consta como **Anexo VI** deste Edital.

21.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ato convocatório, para assinatura do Instrumento Contratual.

21.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Instrumento Contratual, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

21.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

21.4. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

21.5. Para assinatura do Instrumento Contratual, esta deverá ser realizada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurados), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

21.6. Para assinatura do Instrumento Contratual, Ata de Registro De Preços/Contrato, a CONTRATADA deverá:

21.6.1. Comprovar o vínculo de trabalho do preposto designado para a execução dos serviços,

devendo comprovar obrigatoriamente sua vinculação com a CONTRATADA, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

21.6.2. Comprovação de residência do preposto, no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa.

22. DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata no prazo estabelecido no item 21.1 caracterizara o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitara a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

22.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato ou a Ata, ficara o também sujeitas as sanções referidas no item 22.1.

22.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa a inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.4. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº

006297

14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

22.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.6. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

22.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.9. Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.10. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da

comunicação oficial.

22.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

22.14. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.15. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

22.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

006299

23. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

23.1. Fica assegurado ao Município de Planalto o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

23.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

23.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

23.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

23.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

23.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

23.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Planalto - PR.

24. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

24.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

25. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

25.1. O Município de Planalto realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

25.2. O Município de Planalto fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

25.2.1. As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

25.2.2. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

25.2.3. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos objetos ou serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

25.3. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

26. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

26.1. Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato ou da Ata.

26.2. A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representa -lá sempre que for necessário.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico **www.diariomunicipal.com.br/amp/**, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.planalto.pr.gov.br/**.

27.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e

os licitantes.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

27.5. Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos objetos/serviços cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

27.6. A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

27.7. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

27.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

27.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Planalto-PR, exceto quando explicitamente disposto em contrário, espeitadas as disposições do art. 183 da Lei nº. 14.133, de 2021.

27.11. Fica assegurado à Município Planalto o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos do art. 71, da Lei nº. 14.133, de 2021.

27.12. A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no Art. 148, da Lei n°14.133, de 2021.

27.13. O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASGOV através do site **www.compras.gov.br** e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Planalto.

27.14. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.15. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

27.16. A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

27.17. A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Planalto, quanto do emissor.

27.18. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

27.19. Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

27.20. Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

27.21. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

27.22. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema ComprasGov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

27.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

27.24. EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

27.25. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema - PR.

27.26. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

27.27. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços
ANEXO V	Modelo de Minuta de Ata de Registro de Preços;
ANEXO VI	Modelo de Minuta de Contrato.

Planalto – PR, 05 de outubro de 2026.

.....

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários.

2. OBJETO:

2.1. REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, conforme necessidade, observadas as características e demais condições definidas no edital e seus anexos. Segue as especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.

3. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Marcelo Felipe Schmitt, Leonir Bianchi e Michel Junior Diesel.

4. JUSTIFICATIVA:

4.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.
4.2. O Município de Planalto-PR possui necessidade contínua de contar com profissionais destinados à execução de serviços de apoio operacional, limpeza, conservação, manutenção

006305

de áreas e demais atividades compatíveis com as funções de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais, necessários ao atendimento das demandas rotineiras da Administração Municipal.

4.3. A necessidade não possui caráter meramente eventual ou pontual, uma vez que os serviços são relacionados à manutenção da estrutura física e dos espaços públicos municipais, conservação de áreas, execução de atividades operacionais e apoio às diversas Secretarias Municipais.

4.4. Atualmente, essa necessidade vem sendo atendida, de forma excepcional e temporária, por meio da Dispensa Emergencial nº 019/2026, que resultou na celebração do Contrato Administrativo nº 173/2026, tendo como objeto a prestação contínua de profissionais com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades do Município.

4.5. O contrato emergencial possui natureza temporária, com vigência estabelecida em 03 (três) meses, circunstância que evidencia a necessidade de adoção de providências administrativas destinadas ao planejamento de uma contratação regular e continuada para atendimento da necessidade que permanece existente.

4.6. Assim, a presente contratação não deve ser compreendida como criação de uma necessidade inteiramente nova, mas como planejamento de solução regular e continuada para uma necessidade administrativa que já se encontra materialmente presente e que, em caráter excepcional, vem sendo atendida por contratação emergencial.

4.7. A utilização da contratação emergencial solucionou temporariamente a necessidade imediata da Administração, porém não afasta o dever de planejamento para o atendimento futuro e continuado das demandas municipais.

4.8. Nesse sentido, a presente contratação busca substituir a solução excepcional e temporária por uma solução planejada, regular e compatível com a continuidade dos serviços públicos, evitando a interrupção das atividades operacionais e reduzindo a dependência de sucessivas contratações emergenciais.

4.9. Importante destacar que a futura contratação não constitui mera reprodução do contrato emergencial atualmente vigente. O dimensionamento apresentado neste Termo de Referência decorre do planejamento da necessidade para o período regular de contratação, considerando as demandas identificadas pela Administração e os elementos constantes da pesquisa preliminar realizada.

5. VALOR:

5.1. O valor total estimado é de **R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).**

5.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e licitações similares de outros órgãos;

5.3. Ressalta-se que foram realizados contatos com diversas empresas com o objetivo de obter orçamentos para subsidiar o presente processo. Contudo, em alguns casos não houve retorno por parte das empresas consultadas, enquanto outra manifestou desinteresse em fornecer a

proposta solicitada. Assim, anexa-se a este documento o e-mail que comprova a referida solicitação.

5.4. Vale ressaltar que o orçamento apresentado pela empresa RVA SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.212.443/0001-11, foi desconsiderado para fins de formação do valor estimado da contratação, por não apresentar integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

5.5. Vale ressaltar que o orçamento apresentado pela empresa DELTA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.641.016/0001-50, foi desconsiderado para fins de formação do valor estimado da contratação, por não apresentar a planilha de custo, comprovando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

5.6. Ao ofertar os lances, as empresas deverão estar atentas que o valor unitário deverá ser pelo valor mensal/diário, porém, o valor calculado deverá ser elaborado conforme a planilha de custos, onde estão compreendidos todos os serviços, insumos e tributos referentes a prestação de serviços em questão.

5.7. Para composição dos custos o LICITANTE deverá OBRIGATORIAMENTE preencher a planilha disposta no modelo do ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, utilizada analogicamente no âmbito do Município.

5.8. Para preenchimento da planilha, obrigatoriamente a LICITANTE deverá observar:

5.8.1. Identificação dos serviços;

5.8.2. Dados complementares;

5.8.3. Módulo 1 – Composição da remuneração;

5.8.4. Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários;

5.8.5. Módulo 3 – Provisão para rescisão;

5.8.6. Módulo 4 – Insumos diversos – observando a disponibilização dos equipamentos;

5.8.7. Módulo 5 – Custos indiretos, lucro e tributos.

5.9. Responsável pela conferência dos preços: Eduardo Rech Delares.

6. OBJETOS:

LOTE 001								
ITEM	OBJETO	PROFIS-SIONAIS	QTD	UNID	CATSER	TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra,	04	12	MÊS	25631	48	R$5.303,81	R$254.582,88

006307

	encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**							
02	Contratação de empresa para execução dos serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 08 (oito) horas por dia. Quantidade máxima de 05 profissionais simultâneos. **Valor unitário de referência deverá ser por profissional diário.**	DIÁRIA			21849	150	R$176,79	R$26.518,50
03	Contratação de empresa para execução dos serviços de **OPERADOR DE MAQUINAS COSTAL,** incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes. Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Quantidade máxima de 04 profissionais, com estimativa para 12 (doze) meses. **Valor unitário de referência deverá ser mensal.**	04	12	MÊS	25631	48	R$6.583,18	R$315.992,64

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

a) Preencher o modelo de planilha de custos disponibilizado em anexo, contemplando integralmente todas as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026, em anexo a este arquivo da proposta de preços;

Bonzi
006308

b) Fornecimento, transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas e dos funcionários para execução dos serviços;
c) Fornecimento dos seguintes equipamentos: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.
d) Todos os equipamentos acima descritos deverão estar em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;
e) A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
f) A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.
g) Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.
h) As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.
i) A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.
j) A CONTRATADA deverá fornecer um preposto, uma pessoa responsável que reside no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a CONTRATADA.

TOTAL: R$597.094,02

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSER e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

7. CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DO LOCAL E DA EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;

7.2. O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

7.3. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

7.4. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

7.5. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

7.6. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

7.7. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

7.8. Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

7.9. As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

7.10. A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

7.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

7.12. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

7.13. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

7.14. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

7.15. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

7.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

7.15.2. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

7.16. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

7.17. É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;

7.18. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;

7.19. A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;

7.20. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

7.21. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

7.22. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.

8.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

8.5.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

8.5.2. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.

8.6. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;

8.7. Observar e aplicar as legislações indicadas neste Termo de Referência, bem como as regras aqui estabelecidas;

8.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;

8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus

empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2. Assumir todas as despesas com transporte até os locais das atividades, bem como despesas com alimentação, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo, ferramentas, equipamentos, seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

9.3. Efetuar a execução dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à contratante (prédios públicos, equipamentos, instalações, falta de pessoal, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade;

9.6. Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à contratante;

9.7. Ter seus funcionários registrados em carteira de trabalho – CTPS, conforme as regras da CLT;

9.8. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mesma deve manter rigorosamente em dia todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho, com os pagamentos de salários de seus empregados, encargos sociais e previdenciários;

9.9. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

9.10. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

9.11. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

9.12. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

9.13. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços, contendo fotografia, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e dados bancários.

9.14. A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de entrega de benefícios

006313

suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

9.15. Como condição de pagamento, no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

9.15.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

9.15.2. Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços e da anotação de suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's), bem como inscrição no E-SOCIAL;

9.15.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

9.16. A CONTRATADA deverá entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato na fatura correspondente ao mês:

9.16.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

9.16.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

9.16.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

9.16.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

9.17. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) jogos de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato e substituí-lo sempre que estes não apresentarem condições de uso.

9.17.1. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

9.17.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

9.17.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.18. A CONTRATADA responsabiliza-se e assume o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com calçado adequado ao cargo, camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização da contratante, com identificação da empresa contratada e com identificação de "A serviço do Município de Planalto", bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como vestimentas adequadas em dias de chuva.

9.19. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados que vierem a prestar serviços, que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível,

apresentando-se sempre limpos, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência.

9.20. A CONTRATADA deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços.

9.21. A CONTRATADA deverá retirar ou substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados, sendo vedado ainda sua remoção para outro posto de trabalho da contratante.

9.22. A CONTRATADA deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado impedido por qualquer motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo.

9.23. A CONTRATADA deverá apresentar relatório simplificado de carga horária, bem como de eventual realização de horas extraordinárias juntamente com cópia de todos os registros de frequência dos funcionários para comprovação.

9.24. A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente aos serviços executados, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

9.25. A CONTRATADA deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

9.26. A CONTRATADA deverá fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de segurança para seus empregados.

9.27. A CONTRATADA arcará com os eventuais custos de manutenção de máquinas, equipamentos ou veículo, cujo dano tenha sido comprovadamente causado por imperícia ou mal-uso por parte do empregado.

9.28. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito.

9.29. A CONTRATADA deverá planejar a execução dos serviços de forma que não comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.

9.30. A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços.

9.31. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.

9.32. A CONTRATADA deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE.

9.33. A CONTRATADA deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços.

9.34. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria.

9.35. A CONTRATADA deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto no contrato administrativo.

9.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo a Contratante fazer a retenção de pagamento se a CONTRATADA incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

9.37. A empresa deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

9.38. Constitui responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento (diesel ou gasolina) e as manutenções dos equipamentos acima descritos;

9.39. Para o transporte adequado dos profissionais, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

9.40. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

9.41. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

9.42. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

9.43. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

9.44. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

9.45. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto

da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

9.46. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, sendo também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

9.47. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas a Nota Fiscal;

9.48. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

9.49. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

10. OBRIGAÇÕES DO PREPOSTO:

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar preposto, posto de trabalho (escritório), para o lote, aceito pelo Município de Planalto, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo apresentar documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

10.2. O preposto deverá residir no município de Planalto-PR e comprovar através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

10.3. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Planalto, para o desempenho de tal função.

10.4. Em caso de necessidade de substituição de preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE previamente.

10.5. A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Planalto, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes,

inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

10.6. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

10.7. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

10.8. São atribuições do preposto, entre outras:

10.8.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

10.8.2. Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;

10.8.3. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada, de acordo com as normas do Município de Planalto-PR;

10.8.4. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Município de Planalto-PR e do Gestor do Contrato;

10.8.5. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;

10.8.6. Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

10.8.7. Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

10.8.8. Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;

10.8.9. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo ao Município de Planalto por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

11.1. Considerando que os serviços objeto da contratação possuem interdependência operacional e que a execução envolve, além da disponibilização da mão de obra, o fornecimento e gerenciamento compartilhado de veículo, equipamentos, ferramentas, combustível, manutenção, transporte e preposto, não se mostra vantajosa a divisão da solução entre diferentes empresas.

11.2. A manutenção dos itens em um único lote permite concentrar em uma única CONTRATADA a responsabilidade pela estrutura operacional necessária à execução dos serviços, facilitando a gestão, a fiscalização, a comunicação e a responsabilização por eventuais falhas, além de reduzir riscos de incompatibilidade e descontinuidade na execução.

12. MODALIDADE:

12.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:

I - Pregão;

12.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
12.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE, com o modo de disputa ABERTO tendo como intervalo mínimo de R$ 0,01 (um centavo de real), conforme já definido no Estudo Técnico Preliminar.
12.4. O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o de MENOR PREÇO POR LOTE, considerando que o objeto constitui uma solução integrada, composta não apenas pela disponibilização da mão de obra, mas também pelo fornecimento de toda a estrutura operacional necessária à execução dos serviços.
12.5. O lote foi estruturado de forma a reunir serviços e obrigações diretamente interdependentes, compreendendo o fornecimento dos profissionais, veículo para transporte dos funcionários, equipamentos, ferramentas, combustíveis, manutenção dos equipamentos e do veículo, transporte dos trabalhadores, gerenciamento operacional dos serviços e disponibilização de preposto residente no Município de Planalto-PR, permitindo que uma única empresa seja responsável pela execução integral do objeto.
12.6. A eventual divisão do objeto por itens poderia ocasionar relevantes prejuízos à Administração, dentre os quais destacam-se:
12.6.1. Dificuldade na definição das responsabilidades entre diferentes empresas quanto à execução dos serviços e fornecimento da estrutura operacional;
12.6.2. Comprometimento da continuidade dos serviços em razão da dependência entre a mão de obra e os equipamentos necessários à sua execução;
12.6.3. Aumento dos custos administrativos relacionados à gestão e fiscalização de múltiplos contratos;
12.6.4. Possibilidade de incompatibilidade operacional entre empresas distintas responsáveis pela execução de atividades complementares;
12.6.5. Maior risco de atrasos na execução dos serviços decorrentes da necessidade de coordenação entre diversos fornecedores;
12.6.6. Dificuldade na responsabilização por eventuais falhas relacionadas ao transporte dos funcionários, manutenção dos equipamentos, abastecimento e demais obrigações acessórias.
12.7. A adoção do julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE assegura que toda a execução contratual permaneça sob responsabilidade de uma única empresa, proporcionando maior eficiência administrativa, padronização dos serviços, melhor gerenciamento contratual, simplificação da fiscalização, redução dos riscos operacionais e maior segurança quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e operacionais.
12.8. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à presente contratação em razão da necessidade de atendimento parcelado e conforme a demanda efetivamente verificada pelas Secretarias Municipais, especialmente quanto aos serviços de Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Costais.
12.9. O registro dos quantitativos máximos e respectivos valores permite à Administração realizar as solicitações conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, conferindo maior flexibilidade ao planejamento e evitando a contratação antecipada de mão de obra além da efetivamente necessária.
12.10. A solução é compatível com a natureza dos serviços, considerando que as demandas operacionais podem ocorrer de forma variável ao longo da vigência da Ata, inclusive mediante utilização de profissionais em regime mensal e de diárias para atendimento de necessidades

específicas. Assim, o Sistema de Registro de Preços proporciona maior eficiência, planejamento e adequação entre a demanda efetiva e a utilização dos serviços, mantendo previamente estabelecidas as condições para eventual contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, observadas as condições estabelecidas no edital, na Ata/Contrato e nos instrumentos decorrentes.

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

13.1. Regime de execução:

13.1.1. Os serviços deverão ser prestados mediante regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com disponibilização dos profissionais necessários à execução das atividades.

13.1.2. A contratada deverá assumir integral responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da contratação.

13.2. Convenção Coletiva de Trabalho:

13.2.1. A composição dos custos deverá considerar integralmente as obrigações, contribuições, benefícios, encargos trabalhistas e demais condições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

13.2.2. A própria Solicitação de Demanda determina que a planilha de custos deverá contemplar integralmente as obrigações, contribuições, benefícios e encargos trabalhistas previstos na referida CCT.

13.3. Jornada de trabalho:

13.3.1. Para os profissionais contratados em regime mensal, deverá ser considerada jornada de 44 horas semanais, conforme dimensionamento apresentado pela Secretaria.

13.3.2. A distribuição da jornada poderá ocorrer de forma flexível, conforme a necessidade e a programação da Administração, respeitados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

13.3.3. Quando necessário, poderão ser programadas atividades aos sábados, observada a legislação trabalhista e a carga horária semanal contratada.

13.3.4. Eventuais horas realizadas além da jornada diária ordinária deverão ser registradas e poderão ser compensadas mediante banco de horas, quando admitido pela legislação e pelas disposições convencionais aplicáveis.

13.4. Disponibilização de equipamentos e ferramentas:

13.4.1. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e demais meios necessários à execução dos serviços.

13.4.2. Estabelece a necessidade de fornecimento, entre outros, de:

13.4.2.1. 01 veículo para transporte dos funcionários;

13.4.2.2. 04 roçadeiras;

13.4.2.3. 01 motosserra de porte médio;

13.4.2.4. 01 moto-poda de porte médio;

13.4.2.5. 01 soprador de porte médio;

13.4.2.6. Serrotes ou tesouras de poda;

13.4.2.7. Machado;

13.4.2.8. Facão;

13.4.2.9. Ferramentas de jardinagem;
13.4.2.10. Vassouras de jardim;
13.4.2.11. Rastelo;
13.4.2.12. Demais ferramentas necessárias à execução dos serviços.
13.4.3. Os equipamentos deverão permanecer em bom estado de conservação, em perfeitas condições de funcionamento e aptos à adequada execução dos serviços.
13.5. Disponibilidade dos equipamentos:
13.5.1. Os equipamentos deverão estar disponíveis sempre que solicitados pela Administração.
13.5.2. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação formal da Administração.
13.6. Combustível e manutenção:
13.6.1. A contratada será responsável pelo abastecimento do veículo e dos equipamentos utilizados na execução dos serviços, fornecendo o combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento.
13.6.2. Também será responsável pela realização das manutenções preventivas e corretivas necessárias, garantindo condições adequadas de funcionamento e continuidade dos serviços.
13.7. Transporte:
13.7.1. A contratada deverá providenciar o transporte dos profissionais, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços.
13.7.2. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.
13.8. Preposto:
13.8.1. A contratada deverá manter preposto residente no Município de Planalto – PR, mediante comprovação de residência e vínculo com a empresa contratada.
13.8.2. O preposto deverá atuar como representante da empresa perante a Administração, acompanhando a execução dos serviços, recebendo comunicações e providenciando as medidas necessárias ao atendimento das solicitações da fiscalização.
13.9. A empresa deverá fornecer além dos documentos exigidos para a habilitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, os seguintes documentos:
13.9.1. Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho executado e serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo o Município abrir diligência para verificar a veracidade das informações.
13.10. Para assinatura do Instrumento Contratual, Ata de Registro De Preços/Contrato, a CONTRATADA deverá:
13.10.1. Comprovar o vínculo de trabalho do preposto designado para a execução dos serviços, devendo comprovar obrigatoriamente sua vinculação com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante

Boni
000321

apresentação de documento que comprove essa condição;

13.10.2. Comprovação de residência do preposto, no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa.

14. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal;

14.2. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

14.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto-PR, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

15. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

15.1. Os contratos referentes aos objetos destinados as Secretarias Municipais, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelos seguintes servidores: Marcelo Felipe Schmitt, Anderson Delares e Leonir Bianchi, que assumirão as funções de fiscais dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

15.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto PR, 21 de setembro de 2026.

Leonir Bianchi
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

Michel Junior Diesel
Secretário Municipal de Serviços Rodoviários

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

006322

EDITAL DE PREGÃO Nº 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 044/2026 em epigrafe que tem por objeto a Implantação de REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026., em atendimento a as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$
1	xx	xx	xx	R$

Informar Valor total R$...

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

EDITAL DE PREGÃO Nº 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

006325

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13° da Lei n° 14.133/21.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º 044/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

EDITAL DE PREGÃO Nº 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

- Acesse a planilha de custos no link:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ZuMddaARiw8zjCZcODAMi_qNz9JdNuSv/edit?usp=sharing&ouid=114037206892612404648&rtpof=true&sd=true

BONI
006327

EDITAL DE PREGÃO Nº 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e quatro o Município de Planalto, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024 e suas alterações, e do Decreto Municipal nº 2727/2007, em face da classificação das propostas apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 044/2026** por deliberação da Pregoeira, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Planalto, em....., resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

....., sediada na ....., nº....., na cidade de ....., Estado do ....., inscrita no CNPJ sob o nº ..... e Inscrição Estadual sob o nº....., doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. ....., portador do RG nº ..... e do CPF nº .....

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026., para fornecimento eventual e parcelado** durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade da Administração Municipal e de acordo com o edital.

006328

1.2. Descrição:

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

VALOR TOTAL DA ATA = ----- (----------).

1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.4. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal n° 14.133/21.

1.5. Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.

1.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei n°14.133/2021.

2.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no parágrafo único do Art. 84 da Lei n°14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DO OBJETO, LOCAL E EXECUÇÃO

3.1. O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;

3.2. O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

3.3. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

006329

3.4. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

3.5. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

3.6. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

3.7. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

3.8. Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

3.9. As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

3.10. A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

3.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

3.12. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

3.13. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

3.14. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

3.15. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

3.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

3.15.2. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

3.16. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

3.17. É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;

3.18. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;

3.19. A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;

3.20. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

3.21. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

3.22. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATANTE DA ATA

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
4.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
4.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
4.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.
4.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
4.5.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
4.5.2. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.
4.6. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;
4.7. Observar e aplicar as legislações indicadas nesta Ata de Registro de Preços, bem como as regras aqui estabelecidas;
4.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
4.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;
4.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DETENTORA DA ATA

5.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
5.2. Assumir todas as despesas com transporte até os locais das atividades, bem como despesas com alimentação, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo, ferramentas, equipamentos, seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;
5.3. Efetuar a execução dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato;
5.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos

12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à contratante (prédios públicos, equipamentos, instalações, falta de pessoal, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade;

5.6. Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à contratante;

5.7. Ter seus funcionários registrados em carteira de trabalho – CTPS, conforme as regras da CLT;

5.8. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mesma deve manter rigorosamente em dia todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho, com os pagamentos de salários de seus empregados, encargos sociais e previdenciários;

5.9. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

5.10. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

5.11. Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

5.12. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

5.13. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços, contendo fotografia, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e dados bancários.

5.14. A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

5.15. Como condição de pagamento, no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

5.15.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

5.15.2. Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços e da anotação de suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's), bem como inscrição no E-SOCIAL;

5.15.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

5.16. A CONTRATADA deverá entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato na fatura correspondente ao mês:

5.16.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

5.16.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

5.16.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

5.16.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

5.17. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) jogos de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato e substituí-lo sempre que estes não apresentarem condições de uso.

5.17.1. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.17.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.17.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.18. A CONTRATADA responsabiliza-se e assume o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com calçado adequado ao cargo, camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização da contratante, com identificação da empresa contratada e com identificação de "A serviço do Município de Planalto", bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como vestimentas adequadas em dias de chuva.

5.19. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados que vierem a prestar serviços, que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível, apresentando-se sempre limpos, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência.

5.20. A CONTRATADA deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços.

5.21. A CONTRATADA deverá retirar ou substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados, sendo vedado ainda sua remoção para outro posto de trabalho da contratante.

5.22. A CONTRATADA deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado

impedido por qualquer motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo.

5.23. A CONTRATADA deverá apresentar relatório simplificado de carga horária, bem como de eventual realização de horas extraordinárias juntamente com cópia de todos os registros de frequência dos funcionários para comprovação.

5.24. A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente aos serviços executados, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

5.25. A CONTRATADA deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

5.26. A CONTRATADA deverá fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de segurança para seus empregados.

5.27. A CONTRATADA arcará com os eventuais custos de manutenção de máquinas, equipamentos ou veículo, cujo dano tenha sido comprovadamente causado por imperícia ou mal-uso por parte do empregado.

5.28. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito.

5.29. A CONTRATADA deverá planejar a execução dos serviços de forma que não comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.

5.30. A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços.

5.31. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.

5.32. A CONTRATADA deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE.

5.33. A CONTRATADA deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços.

5.34. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria.

5.35. A CONTRATADA deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto no contrato administrativo.

5.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo a Contratante fazer a retenção de pagamento se a CONTRATADA incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

5.37. A empresa deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

5.38. Constitui responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento (diesel ou gasolina) e as manutenções dos equipamentos acima descritos;

5.39. Para o transporte adequado dos profissionais, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

5.40. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

5.41. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

5.42. A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

5.43. Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

5.44. A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

5.45. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

5.46. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

5.47. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

5.48. A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos,

001336

adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

5.49. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

5.50. A CONTRATADA deverá apresentar preposto, posto de trabalho (escritório), para o lote, aceito pelo Município de Planalto, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo apresentar documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

5.51. O preposto deverá residir no município de Planalto-PR e comprovar através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

5.52. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Planalto, para o desempenho de tal função.

5.53. Em caso de necessidade de substituição de preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE previamente.

5.54. A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Planalto, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

5.55. A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

5.56. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

5.57. São atribuições do preposto, entre outras:

5.57.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

5.57.2. Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;

5.57.3. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada, de acordo com as normas do Município de Planalto-PR;

5.57.4. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas

das autoridades do Município de Planalto-PR e do Gestor do Contrato;

5.57.5. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;

5.57.6. Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

5.57.7. Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

5.57.8. Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;

5.57.9. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo ao Município de Planalto por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

6.2. Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

6.3. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.5. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

6.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

6.6.1. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitidas ao: a Prefeitura Municipal de Planalto CNPJ nº 76.460.526/0001-16.

6.6.2. Endereço: Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto-PR.

6.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:

6.6.3.1. A modalidade e o número da Licitação;

6.6.3.2. O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho;

6.6.3.3. Número do item e descrição do objeto:

6.6.3.4. A descrição do objeto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços;

006338

6.6.3.5. Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

6.6.3.6. O Banco, número da agência e da conta corrente da DETENTORA DA ATA.

6.7. Poderá o Município de Planalto-PR sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da DETENTORA DA ATA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.8. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos Recursos vinculados ao próprio Município, da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

6.9. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Caberá ao(a) Sr(a) ..... portador(a) do R.G. nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., representante da DETENTORA DA ATA, a responsabilizar-se por: *(nome indicado na Declaração Unificada ANEXO III)*

7.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

7.1.2. Reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

7.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por representante da Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ata, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar a execução do objeto.

7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

7.4. O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. Ficam credenciados pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária os

servidores: Marcelo Felipe Schmitt, Anderson Delares e Leonir Bianchi, para junto ao representante da detentora da Ata, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à Detentora da Ata, para aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à Detentora da Ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução.

8.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

8.2.1. A recusa do fornecedor em reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado importará na liberação dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, fica facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor signatário desta ata de registro de preços;

II - A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário desta ata de registro de preços e da Administração Pública; e

III - Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

8.4. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor signatário da ata de registro de preços, cabendo ao gestor do contrato a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

8.6. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, a administração municipal poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem

interesse em assumir o fornecimento dos objetos ou a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

8.7. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

8.8. Caso o fornecedor não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.9. Liberado o fornecedor, a administração poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos objetos ou a execução dos serviços pelo preço atualizado.

8.10. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.11. Não havendo êxito nas negociações, a administração municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

CLAUSULA NONA - CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

9.1. O registro de preços será cancelado nas seguintes hipóteses:

I - Quando o fornecedor:

a) for liberado;

b) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, nas hipóteses deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer sanção prevista no inc. III, quando aplicada pelo Município de Pato Branco, ou pelo IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Não aceitar o preço revisado pela Administração;

II - No caso de substancial alteração das condições de mercado.

9.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

I - Pelo decurso do prazo de vigência;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - Por razões de interesse público devidamente justificadas.

9.3. No caso de inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

9.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

006341

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa a inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
2. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;

d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com

relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

12.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata os artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou, ainda, fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

12.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá prever valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas, e observadas as disposições do art. 102 da Lei nº 14.133/2021 além das seguintes:

a) A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

BONI
006344

b) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto;

c) Caso ocorrido sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022 e suas alterações.

12.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

12.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta bancária específica por este indicada, com correção monetária.

12.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

12.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.7. No caso de alteração do valor do Contrato ou havendo a prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período e de forma justificada, contados da data em que for notificada.

12.9. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.10. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

12.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato, através de declaração do CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato e mediante Certidão Negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

BOND 000325

12.13. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.

13.2. A via do instrumento destinada ao Detentor da Ata de Registro de Preços, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

13.3. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21, combinado com o inciso III do art. 92, do mesmo diploma legal.

13.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Eletrônico nº 044/2026 e a proposta da detentora da Ata conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13.5. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº 044/2026

13.6. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor ....., Prefeito Municipal do Município de Planalto e pelo Sr. ----------, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata e testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Planalto, ... de ..... de 2026.

.....
Prefeito Municipal
CPF nº

Xxxxxxxxxxxxxxxxxx Ltda
Detentora da Ata
(NOME)
Representante Legal

EDITAL DE PREGÃO Nº 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na cidade de....., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., portador do CPF nº ....., doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 044/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente termo é a REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução deverá ser em estrita obediência ao presente Contrato, assim como ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 044/2026**, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo I do referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

BONI
006347

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico nº 044/2026**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R$.....(....).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

1) Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

2) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO QUINTO - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SEXTO - A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO OITAVO - Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

PARÁGRAFO NONO - O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no

0063 19

prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO QUARTO – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Livres do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Durante a vigência do contrato, os valores registrados não serão reajustados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitação do Município de Planalto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de

valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto nos Art. 134 e 135, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de início de execução dos objetos é de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação de contratação emitida pela secretaria municipal requisitante;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O requerimento formal mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria municipal solicitante;
b) Identificação dos objetos a serem executados;
c) Quantidade dos objetos;
d) Local e prazo de execução dos objetos;
e) Assinatura do Secretário(a) municipal responsável;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.

PARÁGRAFO QUINTO – Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;

PARÁGRAFO SÉTIMO – A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cuja distribuição poderá ocorrer de forma flexível, de acordo com a jornada estabelecida pela CONTRATANTE e conforme a necessidade e a demanda dos serviços a serem executados, observados os limites legais aplicáveis.

006351

PARÁGRAFO OITAVO – Em razão da natureza dos serviços e da necessidade de atendimento às demandas da CONTRATANTE, a jornada poderá ser ajustada e distribuída de maneira diversa ao longo da semana, podendo, quando necessário, ser programada a realização de atividades aos sábados no período da manhã ou após o horário habitual de trabalho, desde que respeitada a carga horária semanal contratada e a legislação trabalhista aplicável.

PARÁGRAFO NONO – As horas eventualmente realizadas além da jornada diária ordinária serão devidamente registradas e poderão ser objeto de compensação mediante banco de horas, conforme programação e necessidade da CONTRATANTE, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, observados os limites legais e as disposições trabalhistas aplicáveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A definição dos horários e da distribuição da jornada será realizada pela CONTRATANTE, considerando a demanda dos serviços, a necessidade de atendimento e o adequado cumprimento das atividades, devendo a CONTRATADA assegurar a disponibilidade dos profissionais necessários para o atendimento da jornada estabelecida.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – É facultado à Administração a reformulação dos dias de trabalho, dos horários de entrada e saída, a qualquer tempo, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional, bem como a distribuição das rotinas de trabalho;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais qualificados e/ou com experiência;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – A rotina de trabalho dos funcionários poderá sofrer ajustes de acordo com o planejamento de trabalho contemplando limpeza externa, interna e esquadrias, a serem estabelecidas entre a administração e o preposto da CONTRATADA;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREPOSTO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá apresentar preposto, posto de trabalho (escritório), para o lote, aceito pelo Município de Planalto, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Gestor do Contrato, devendo apresentar documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante todo o período da jornada de trabalho, além dos dados relacionados à qualificação profissional do preposto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preposto deverá residir no município de Planalto-PR e comprovar através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios empregados responsáveis pela prestação dos serviços junto ao Município de Planalto, para o desempenho de tal função.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de necessidade de substituição de preposto, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE previamente.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Município de Planalto, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

PARÁGRAFO SEXTO - São atribuições do preposto, entre outras:

a) Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
b) Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;
c) Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada, de acordo com as normas do Município de Planalto-PR;
d) Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Município de Planalto-PR e do Gestor do Contrato;
e) Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
f) Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
g) Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
h) Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão;
i) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo ao Município de Planalto por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

PARÁGRAFO QUARTO - Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

PARÁGRAFO QUINTO - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água

PARÁGRAFO SEXTO – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

PARÁGRAFO OITAVO - Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

PARÁGRAFO NONO - Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, objetos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Quando for o caso, priorizar a aquisição de objetos que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;

a) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
c) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
d) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.
e) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
• Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
• Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.
f) Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;
g) Observar e aplicar as legislações indicadas neste Contrato, bem como as regras aqui estabelecidas;
h) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
i) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;
j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constituem obrigações da CONTRATADA:
a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
b) Assumir todas as despesas com transporte até os locais das atividades, bem como despesas com alimentação, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo, ferramentas, equipamentos, seguros, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços contratados
c) Efetuar a execução dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato;
d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
e) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à contratante (prédios públicos, equipamentos, instalações, falta de pessoal, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade;
f) Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à contratante;

g) Ter seus funcionários registrados em carteira de trabalho – CTPS, conforme as regras da CLT;
h) No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mesma deve manter rigorosamente em dia todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho, com os pagamentos de salários de seus empregados, encargos sociais e previdenciários;
i) A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;
j) A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos/veículo: 01 veículo para transporte dos funcionários, 04 roçadeiras, 01 motosserra porte médio, 01 moto-poda porte médio, 01 soprador porte médio, serrotes ou tesouras de poda, machado, facão, ferramentas de jardinagens, vassouras de jardim, rastelo, etc.
k) Todos os equipamentos/veículo deverão estar em bom estado de conservação e aptos para realização dos serviços, e disponíveis no momento da solicitação da secretaria demandante para execução dos serviços.
l) A CONTRATADA deverá manter os equipamentos disponíveis para utilização sempre que solicitados pela CONTRATANTE, devendo disponibilizá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação formal dos equipamentos necessários à execução do respectivo serviço;
m)A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços, contendo fotografia, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e dados bancários.
n) A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
o) Como condição de pagamento, no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- Relação dos empregados, contendo nome completo, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Comprovação do registro dos empregados admitidos para execução dos serviços e da anotação de suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's), bem como inscrição no E-SOCIAL;
- Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

p) A CONTRATADA deverá entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato na fatura correspondente ao mês:
- Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

q) A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) jogos de uniforme completo, sem ônus para seus empregados, a cada período de vigência do contrato e substituí-lo sempre que estes não apresentarem condições de uso.

- Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
- No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

r) A CONTRATADA responsabiliza-se e assume o compromisso de que todos os prestadores de serviços estarão devidamente uniformizados, com calçado adequado ao cargo, camisas e calças confeccionadas em brim ou tecidos apropriado, em modelos e cores a serem previamente aprovados pela fiscalização da contratante, com identificação da empresa contratada e com identificação de "A serviço do Município de Planalto", bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como vestimentas adequadas em dias de chuva.

s) A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados que vierem a prestar serviços, que trabalhem sempre uniformizados, portando crachá de identificação, fixado em local bem visível, apresentando-se sempre limpos, devendo ser substituído aquele(a) que não cumprir essa exigência.

t) A CONTRATADA deverá manter a disciplina dos seus empregados nos locais dos serviços.

u) A CONTRATADA deverá retirar ou substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados, sendo vedado ainda sua remoção para outro posto de trabalho da contratante.

v) A CONTRATADA deverá exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados, responsabilizando-se pela reposição, quando necessário, do empregado impedido por qualquer motivo, de forma a evitar decréscimo no quantitativo de pessoal alocado para execução dos serviços, obrigando-se a dar continuidade aos mesmos, através de esquema de emergência, na ocorrência de greve das categorias profissionais e/ou do transporte coletivo.

w) A CONTRATADA deverá apresentar relatório simplificado de carga horária, bem como de eventual realização de horas extraordinárias juntamente com cópia de todos os registros de frequência dos funcionários para comprovação.

x) A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente aos serviços executados, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

y) A CONTRATADA deverá fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

z) A CONTRATADA deverá fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de segurança para seus empregados.

aa) A CONTRATADA arcará com os eventuais custos de manutenção de máquinas, equipamentos ou veículo, cujo dano tenha sido comprovadamente causado por imperícia ou mal-uso por parte do empregado.

bb) A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito.

cc) A CONTRATADA deverá planejar a execução dos serviços de forma que não

comprometam o bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.
dd) A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada de seus empregados na utilização dos materiais, equipamentos, instalações objetivando a correta execução dos serviços.
ee) A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.
ff) A CONTRATADA deverá arcar com os danos causados por seus empregados às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE.
gg) A CONTRATADA deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços.
hh) A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, auxílios refeição, auxílios-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, bem como pelos encargos fiscais e comerciais, obrigando-se a saldá-los na época própria.
ii) A CONTRATADA deverá manter número de funcionários por função de acordo com o previsto no contrato administrativo.
jj) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo a Contratante fazer a retenção de pagamento se a CONTRATADA incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.
kk) A empresa deverá fornecer Uniformes e EPI's em bom estado de conservação, necessários para execução dos serviços;
ll) Constitui responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento (diesel ou gasolina) e as manutenções dos equipamentos acima descritos;
mm) Para o transporte adequado dos profissionais, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;
nn) A CONTRATADA será integralmente responsável pelo abastecimento dos veículos e equipamentos acima descritos, incluindo o fornecimento de diesel ou gasolina, combustível adequado ao tipo de veículo ou equipamento utilizado, bem como pela realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir suas perfeitas condições de funcionamento e a continuidade da execução dos serviços;
oo) A CONTRATADA deverá fornecer o transporte e armazenamento dos equipamentos, ferramentas, recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, para a execução dos serviços, disponibilizando de veículo próprio
pp) A CONTRATADA deverá fornecer o transporte dos profissionais, funcionários, separados dos recipientes contendo os combustíveis para os equipamentos, afim de evitar o risco de periculosidade;
qq) Para o transporte adequado dos equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo próprio;
rr) A CONTRATADA deverá fornecer um preposto/encarregado, posto de trabalho (escritório), para o lote, para atendimento e permanência, quando necessário, dos empregados, com uma pessoa responsável que resida no município de Planalto-PR, comprovando através de um comprovante de residência em nome da pessoa e que comprove o vínculo desta pessoa com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser

006360

proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição;
ss) A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a Administração Municipal. O preposto não poderá integrar o quadro de profissionais alocados para a execução direta dos serviços objeto da contratação, devendo exercer suas atividades de forma distinta, atuando no atendimento das demandas dos profissionais vinculados ao contrato, na coordenação operacional, na resolução de eventuais ocorrências, no atendimento às solicitações da fiscalização, atuando como encarregado e motorista do veículo próprio da empresa.
tt) A atuação do preposto/encarregado será de caráter eventual, podendo ser também o motorista do veículo próprio da empresa, para o transporte dos funcionários, conforme a necessidade da execução contratual, não sendo exigida sua permanência integral no local de prestação dos serviços.
uu) Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais/funcionários até o local determinado pela secretaria solicitante para dar início a execução dos serviços;
vv) A CONTRATADA deverá, antes do início e durante a execução dos serviços, devidamente identificar, sinalizar e isolar o espaço onde serão realizados os trabalhos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança de servidores, usuários, terceiros e demais pessoas que eventualmente circulem pelo local, de modo a prevenir acidentes, danos ou quaisquer outros transtornos decorrentes da execução dos serviços.
ww) A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

CLÁUSULA NONA – DAS PENAS PELA INADIMPLÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa a inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

006361

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser

recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão

obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficara prorrogada até a conclusa o do objeto, caso em que devera o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
a) Ficara ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência

006364

do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

PARÁGRAFO ÚNICO - Incumbira ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

a) Os contratos referentes aos objetos destinados as Secretarias Municipais, serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pelos seguintes servidores: Marcelo Felipe Schmitt, Anderson Delares e Leonir Bianchi, que assumirão as funções de fiscais dos Contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

b) A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n°14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Será exigida a garantia da contratação de que trata os artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou, ainda, fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá prever valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas, e observadas as disposições do art. 102 da Lei nº 14.133/2021 além das seguintes:

a) A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

b) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto;

c) Caso ocorrido sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022 e suas alterações.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta bancária específica por este indicada, com correção monetária.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

PARÁGRAFO SEXTO -No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de alteração do valor do Contrato ou havendo a prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento

de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período e de forma justificada, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO NONO - O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato, através de declaração do CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato e mediante Certidão Negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, está ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo n° 156 da Lei 14.133/2021.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para

retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

e) Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUCESSÃO E DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Capanema, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Planalto - PR, ... de ..... de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

.....

.....

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO

AVISO DE LICITAÇÃO

"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 044/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 044/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

VALOR: R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 22 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:100F3984

Publicada em	06/10/2026
Diário	Diário Oficial dos Municípios do Paraná
Edição	3631
Código identificador	100F3984

A autenticidade desta matéria pode ser conferida informando o código identificador em https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 044/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 044/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

VALOR: R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 22 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 043/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 043/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

VALOR: R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 20 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

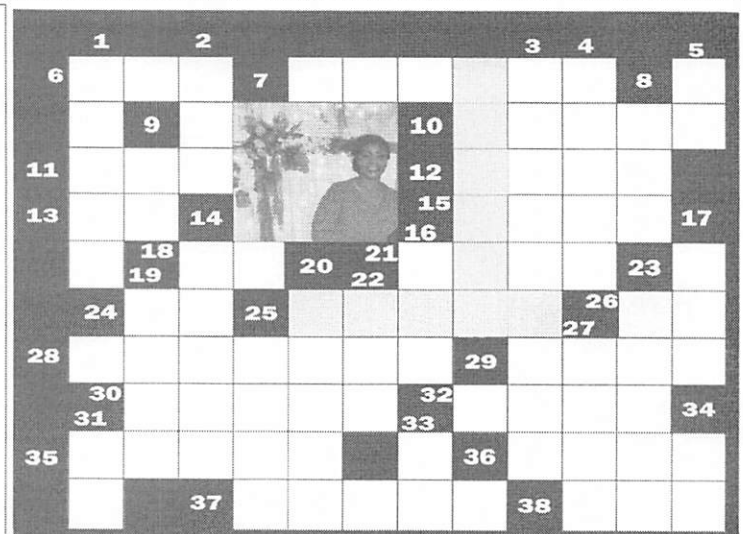
EXTRATO DE CONTRATO Nº253/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2026

DATA DA ASSINATURA: 01 de outubro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: MAGNUS DESSOTTI
OBJETO: Fornecimento e instalação de forros, divisórias e portas internas, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Saúde e Educação do Município de Planalto/PR.
VALOR TOTAL: R$203.082,00 (duzentos e três mil e oitenta e dois reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

1- Rainha da Pérsia e a primeira esposa do rei Assuero. **2-** Filho de Abinadabe, morto ao tocar na Arca da Aliança. **3-** "Os ímpios andam por toda parte, enquanto os mais vis dos filhos dos homens são (?)". **4-** Ancestral de uma das famílias de porteiros do templo que retornaram do exílio na Babilônia com Zorobabel. **5-** Filho de Harã e sobrinho de Abraão. **6-** Do templo que se rasgou em dois de alto a baixo. **7-** Profeta hebreu condutor dos israelitas para fora da escravidão no Êxodo do Egito. **8-** "Dai, e ser-vos-á dado; boa medida, recalcada, sacudida e transbordando vos (?); porque com a mesma medida com que medirdes também vos medirão de novo". **9-** "Eu e o Pai somos (?)". **10-** Segundo livro do Velho Testamento. **11-** " E dizia a todos: Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, e tome cada dia a (?) Cruz e siga-me. **12-** Cidade situada em Judá, localizada em uma colina, mencionada junto à cidade de Quiriate-Jearim. **13-** Consoantes de Tomé, apóstolo também chamado de Dídimo. **14-** "Era Moisés da idade de cento e vinte anos quando morreu; os seus olhos nunca se escureceram, nem perdeu o seu (?)". **15-** Filho mais velho de Sem, filho de Noé. **16-** Mãe do profeta Samuel. **17-** Sumo sacerdote e o penúltimo juiz de Israel que liderou o povo por 40 anos. **18-** "Eu falo do que (?) junto de meu Pai, e vós fazeis o que também vistes junto de vosso pai". **19-** "(?)-se a erva, e cai a sua flor, mas a palavra de nosso Deus permanece eternamente". **20-** Pai de Moisés, Arão e Miriã. **21-** "Filhinhos, é já a última hora; e, como ouvistes que vem o anti-cristo, também agora muitos se têm feito (?)-cristos: por onde conhecemos que é já a última hora". **22-** "E disse-lhes: (?) por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura". **23-** Cidade do rei Hadade, filho de Bedade, que governou a região de Edom. **24-** "Assim também a fé, se não tiver as obras, é morta em (?) mesma". **25-** "E o governador lhes disse que não comessem das coisas santíssimas, até que houvesse sacerdote com (?) e com Tumim". **26-** Sílaba de Alfândega, na qual estava assentado Mateus, quando convidado por Jesus para segui-lo. **27-** "Depois, nós, os que ...mos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar o Senhor (?), e assim estaremos sempre com o Senhor". **28-** "(?) Epístola do apóstolo Pedro, o vigésimo livro do Novo Testamento. **29-** Filho mais novo de Jessé, pastor de ovelhas em Belém. **30-** "Assim, pois, isto não depende do que quer, nem do que (?), mas de Deus, que se compadece'. **31-** "Ninguém tomará em penhor as duas mós, nem mesmo a (?) de cima, pois se penhoraria assim a vida". **32-** "(?) e Homã", filhos de Lotã. **33-** Antigo Testamento. **34-** "Porque onde estiverem dois ou três reunidos (?) meu nome, aí estou eu no meio deles". **35-** Irmã de Marta e de Lázaro. **36-** Terceiro filho de Adão e Eva, nascido após a morte de Abel. **37-** "Os que confiam no Senhor serão como o (?) Sião, que não se abala, mas permanece para sempre." **38-** Irmão de Cam Jafé, filhos de Noé.

Personagem Oculto: Organista, pedagoga musical, "símbolo-mor" no cenário do órgão de tubos e da música sacra na região de Curitiba.



Solução

1- Vasti; 2- Uzá; 3- Exaltados; 4- Sobal; 5- Ló; 6- Véu; 7- Moisés; 8- Dão; 9- Um; 10- Êxodo; 11- Sue; 12- Raba; 13- TM; 14- Vigo; 15- Elão; 16- Ana; 17- Eli; 18- Vi; 19- Seca; 20- Arrão; 21- Anu; 22- Ide; 23- Avia; 24- Si; 25- Umm; 26- Al; 27- Aros; 28-Segunda; 29- Davi; 30- Corre; 31- Mo; 32- Hon; 33- AT; 34- EM; 35- Maria; 36- Sete; 37- Monte; 38- Sem. **Personagem: Alnoã Sereno.**

Expediente: 46 98832 1833 / 46 99938-3838
Site: www.folhadecapanema.com.br
otrombetajornal@gmail.com

C C Martine Folha de Capanema Me.
CNPJ 26.450.654/0001-00
Redação:
Av. Independencia, 884 Sala 1
Bairro Centro
Capanema–PR CEP 85760-080

Diretor Geral:
Carlos Cezar Martine
MTB 10212/PR
46 99938-3838

Correspondente Ctba:
Costa Kotzias
Diretora Financeira
Tabta Marina Martine
(46) 98832-1833

Diretor Administrativo:
Thaylan Rodrigo Martine

Projeto Gráfico e Arte:
Jeferson Fabiano Kuhn.
artedafolha@gmail.com

Vendas
Neizieli Nunes

Matérias assinadas contidas nesta edição não exprimem necessariamente a opinião deste jornal, e sim de seus idealizadores. Contém materias revisadas com IA.

Tiragem 2.000
Jornal bissemanal.

Filiado
ADJORI/PR
ACEC
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

006372